

A Arqueologia do Jê Meridional: uma longa aventura intelectual

Pedro Ignácio Schmitz*

Palavras-chave: Arqueologia;
Longa história; Jê Meridional.

Resumo: O artigo mostra como a equipe de arqueologia do Instituto Anchietao de Pesquisas (IAP) trabalhou para construir uma longa história das populações consideradas ancestrais do Jê Meridional histórico, usando amostras do planalto do Rio Grande do Sul, do planalto e do litoral de Santa Catarina.

Keywords: Archaeology; Long
history; Jê Meridional.

Abstract: The paper shows how the archaeologists of the Instituto Anchietao de Pesquisas (IAP) performed to construct a long history of the populations considered to be the ancestors of the historical Jê Meridional, using examples of the highland of Rio Grande do Sul, and the highland and the littoral of Santa Catarina.

Recebido em 16 de maio de 2016. Aprovado em 11 de julho de 2016.

Introdução

Os índios Kaingang e Xokleng formam as maiores populações sobreviventes dos considerados Jê Meridionais. Os Kaingang se apresentam como um dos maiores grupos indígenas do Brasil, com mais de 25 mil indivíduos, ao passo que os Xokleng contam número mais reduzido, na ordem de poucos milhares.

Os linguistas calculam que os ancestrais desses índios se teriam desprendido do tronco localizado nos cerrados do Brasil Central a cerca de 3 mil anos atrás, penetrando nos campos de altitude do planalto meridional. Com base em referências escritas, os historiadores reconstroem sua trajetória colonial e imperial chegando aos tempos subatuais. Os antropólogos buscam entender a sociedade, o modo de vida e a transformação dessas populações.

Com isso, ficava a descoberto o longo período de sua história: da chegada dos primeiros até o momento em que seus descendentes foram percebidos e registrados pelo colonizador. Cobrir esses três milênios de instalação, adaptação continuada, manejo ambiental e criação de uma paisagem humanizada com suas características é a tarefa dos arqueólogos, por meio do estudo de seus antigos assentamentos.

A pesquisa começa com a localização desses assentamentos, desdobra-se no estudo das suas estruturas, da implantação e movimentação no ambiente, da organização de seus recursos, dos artefatos da vida cotidiana, do tratamento dos mortos, da datação dos eventos e da identificação étnica desses moradores. Ela começou amadorista, mas foi assumindo caráter científico, buscou a preservação do patrimônio identificado, e terminou perguntando qual a utilidade da pesquisa para os grupos originários e os moradores atuais do lugar.

A década de 1950 foi um período amadorista, em que ocorreram ações isoladas de Pedro Ignácio Schmitz, João Alfredo Rohr e Igor Chmyz.

Nas décadas de 1960 e 1970, desenvolveu-se grande atividade de levantamento e prospecção com pequenas escavações no planalto e no litoral do sul do Brasil, envolvendo equipes de universidades locais, que se orientam por um enfoque histórico-cultural americano, também usado pelo Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA). As pesquisas foram feitas na forma de projetos sucessivos, em áreas diferentes, visando a mostrar a cultura no território nacional. A referência básica para identificar culturas e grupos humanos é a cerâmica. Eram trabalhos acadêmicos, com financiamento

* Pedro Ignácio Schmitz, doutor em História e Geografia e Livre-docente em Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), professor aposentado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), professor na Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS), coordenador do Instituto Anchietao de Pesquisas (IAP), pesquisador sênior do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: anchietano@unisinis.br.

nacional – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), municípios e as próprias instituições –, com exceção do PRONAPA, que também dispunha de alguma verba dos Estados Unidos da América.

Como resultado, em diversos pontos do planalto se multiplicaram sítios com habitações a céu aberto, casas subterrâneas e abrigos-cemitério, com datas cobrindo de aproximadamente 500 a 1700 de nossa era. No litoral, tornaram-se destaque os concheiros cerâmicos com muitos sepultamentos, que foram diferenciados de sambaquis tradicionais; sua cronologia é mais limitada que a dos sítios do planalto, abrangendo aproximadamente de 800 a 1200 de nossa era. Foram definidas as tradições cerâmicas que caracterizam a região – Taquara no Rio Grande do Sul; Itararé em Santa Catarina e no Paraná; Casa de Pedra também no Paraná –; e diferenças regionais ou locais nas tradições formaram numerosas fases. Então, começou a busca pela identidade étnica da população através da pesquisa etno-histórica.

Nas décadas de 1980 e 1990, multiplicaram-se os trabalhos ligados à construção de barragens sobre o rio Uruguai e o Paraná, ora com caráter mais científico, ora de patrimônio. Trabalhos acadêmicos continuaram, em paralelo. No planalto, na encosta e no litoral oceânico, começou o estudo dos esqueletos dos sítios litorâneos e continuou a busca pela identidade étnica dos moradores dos sítios estudados. Sínteses e panoramas das pesquisas eram elaborados para divulgar os resultados e orientar trabalhos futuros.

Nas décadas de 2000 e 2010, a pesquisa cresceu exponencialmente e se polarizou entre projetos empresariais de salvamento de patrimônio em obras de Aceleração do Crescimento e projetos destinados à produção científica e formação acadêmica.

Na impossibilidade de apresentar pormenores desse desenvolvimento da pesquisa, representada em

bibliografia e documentação já muito volumosas, este artigo indica algumas sínteses realizadas em momentos diferentes: Schmitz (1988); Reis (2002); Mentz Ribeiro (1999-2000); Beber (2005); Farias e Schmitz (2013). E, no fim de cada um dos três grandes itens, em que está dividido o texto, são mencionadas obras de outros pesquisadores da área, as quais ajudam a contextualizar a pesquisa no período.

O texto mostra como a equipe do Instituto Anchieta de Pesquisas (IAP) / Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) trabalhou na criação de conhecimento para a História dos supostos antepassados do Jê Meridional histórico, nos estados de Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Para facilidade do leitor, as referências cronológicas são apresentadas em antes de Cristo (a.C.) e depois de Cristo (d.C.); os séculos depois de Cristo estão em números romanos, os séculos antes de Cristo em números arábicos. Para interessados nas correspondentes datações por C¹⁴ (Carbono 14) e por TL (Termoluminescência) existe um apêndice com informações precisas sobre todas as datas referentes à pesquisa: na Tabela 1 (Apêndice A), estão as datas do Rio Grande do Sul; na Tabela 2 (Apêndice B), estão as datas para Santa Catarina.

Da amostragem arqueológica feita no território do Jê Meridional histórico, são apresentadas amostras significativas: três do planalto do Rio Grande do Sul, quatro do planalto de Santa Catarina, três do litoral de Santa Catarina.

Hoje a pesquisa arqueológica oferece documentação densa e fidedigna para a História do Jê Meridional no Planalto Meridional do século VI até o século XVII de nossa era, momento em que os grupos nativos entraram em rota de colisão com o colonizador europeu. E há informações adequadas para contar e discutir a história dos antepassados dos índios Kaingang e dos índios Xokleng, conforme mostra o texto.

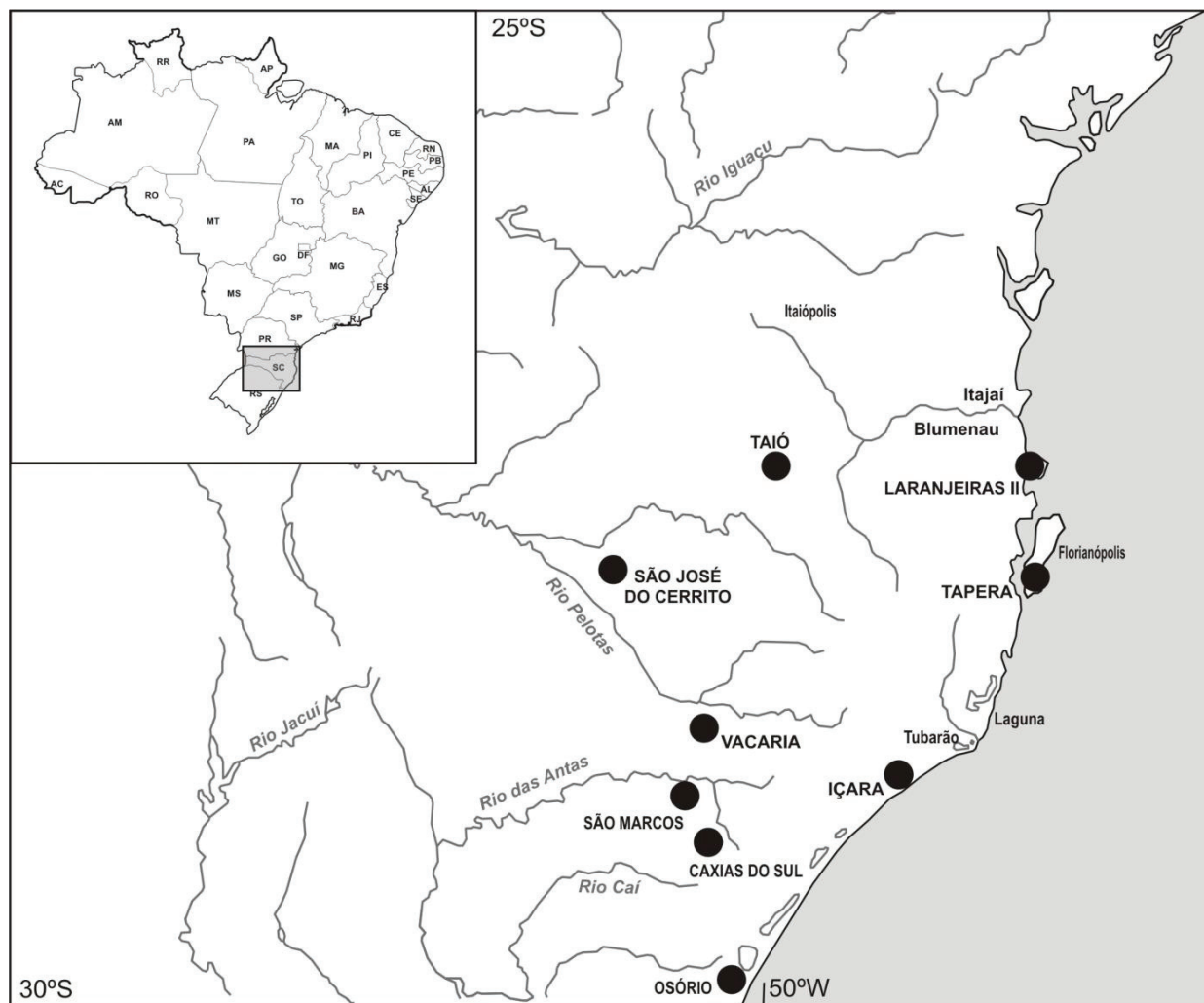


Figura 1 – Localização das amostras descritas no texto

Fonte: Adaptado de Schmitz e Rogge (2013a, p. 11).

O Rio Grande do Sul

Os primeiros encontros, na década de 1950

Um arqueólogo amador

Acompanhando o botânico P. Balduino Rambo em suas coletas, Pedro Ignácio Schmitz encontrou cerâmica em Osório, na planície costeira do Rio Grande do Sul (SCHMITZ, 1958) e em Itapiranga/SC (BASILE BECKER; SCHMITZ, 1969), que comparou com a Eldoradense de Menghin (1957). Na mesma companhia, encontrou o abrigo-cemitério de Jaquirana, no planalto do Rio Grande do Sul, onde recolheu alguns ossos; entrou no abrigo do Morro

dos Conventos/SC, cujas deposições funerárias a prefeitura local acabava de destruir; visitou o P. João Alfredo Rohr nas escavações que este fazia na Base Aérea de Florianópolis e, também, comparou esta cerâmica com a Eldoradense (SCHMITZ, 1959).

Na década de 1960, os encontros fortuitos e amadorísticos dos anos 1950 se transformaram em projetos acadêmicos, subvencionados pela SPHAN, destinados ao levantamento e estudo de sítios arqueológicos brasileiros. Um desses projetos foi o estudo de casas subterrâneas, de sepultamentos em abrigos rochosos, de cerâmica das tradições Taquara e Itararé, de concheiros cerâmicos no litoral e de etno-história do índio Kaingang.

Caxias do Sul, Flores da Cunha, São Francisco de Paula, Bom Jesus *Uma nova cultura. De quem?*

Este foi o trabalho inicial da arqueologia do planalto, compreendendo o primeiro levantamento sistemático, acompanhado de prospecções e pequenas escavações nos municípios mencionados.

Em 1966, a equipe que se reunia no IAP registrou 23 sítios com 79 casas, diversos assentamentos a céu aberto e alguns abrigos-sob-rocha, em altitudes entre 600 e 900 m. O companheiro Fernando La Salvia, então na Universidade de Caxias do Sul, registrou outros 24 sítios com 116 casas (SCHMITZ et al., 1988) e Danilo Lazzarotto, da FIDENE de Ijuí, mais 7 sítios com um número correspondente de casas, em Bom Jesus (LAZZAROTTO; SCHMITZ; STEINMETZ, 1971).

De 1967 a 1970, a equipe ligada ao IAP, em associação com o setor de arqueologia da Universidade de Caxias do Sul e financiamento da Secretaria de Turismo daquela cidade, escavou, por períodos curtos, quatro casas subterrâneas e três montículos de um sítio localizado no distrito em Santa Lúcia do Piaí. O sítio era composto por 40 casas e outros tantos pequenos montículos, para os quais ainda não se tinha um conceito claro.

O objetivo desse trabalho pioneiro era caracterizar a nova cultura em que apareciam casas subterrâneas, descrevendo as estruturas habitacionais, a organização dos assentamentos, a distribuição destes no espaço geográfico, a relação com o ambiente, os artefatos, a cronologia e a etnia desses povoadores. A tardia publicação de Schmitz et al. (1988) traz os resultados.

No local, foram identificados sítios com casas subterrâneas e montículos, habitações a céu aberto e abrigos rochosos com deposições humanas. Houve preocupação em caracterizar as casas, que foram divididas, de acordo com sua profundidade, em subterrâneas e semissubterrâneas, e foi demonstrado seu caráter habitacional. A partir dos achados, La Salvia (1987) elaborou modelos de cobertura das casas. Houve minuciosa descrição da cerâmica como um dos elementos identificadores do grupo humano; a qual é composta por vasilhas pequenas

muito decoradas. O porquê de casas subterrâneas foi discutido com tendências ambientalistas.

Basile Becker (1976) organizou as informações sobre a história colonial e imperial da população indígena da área buscando associá-la ao material arqueológico.

Cinco estabeleceram o tempo e a permanência dos povoadores, do século V ao século XIV de nossa era (ver Tabela 1, no Apêndice A). As datas também indicaram que as casas maiores eram antigas, as menores mais recentes.

Como resultado, esta primeira aventura de um grupo de jovens universitários propôs conceitos básicos sobre o povoamento da parte mais meridional do planalto brasileiro, onde uma população indígena tinha construído suas habitações abaixo do nível do solo; porém, seus túmulos e monumentos ficavam acima, sempre com grande movimentação de terra. Esta população dominava a região na qual apenas foram localizados dois pequenos assentamentos de outros grupos: um de caçadores da tradição Umbu, outro de cultivadores da tradição Guarani. Antes de chegada dos construtores de casas subterrâneas, o planalto deveria estar consideravelmente desabitado.

Anos mais tarde, Rafael Corteletti (2008) revisitou os sítios para sua dissertação de mestrado na UNISINOS.

Vacaria

A caracterização da nova cultura: a casa, o assentamento, a deposição dos mortos

Depois de muitos anos de ausência, a equipe voltou às casas subterrâneas, mas no município de Vacaria, no norte do estado, primeiramente de 1994 a 2001 (SCHMITZ et al., 2002), logo novamente (SCHMITZ; ROGGE, 2004). A pesquisa foi concentrada em uma área de aproximadamente 25 km de diâmetro, com altitudes ao redor de 800 m, formada por campos altos e floresta mista com pinheiros, limitada por profundos vales encaixados, cobertos por mata densa. Dos 22 sítios localizados, três foram escolhidos para estudo.

RS-A-27 reúne 13 casas subterrâneas, um montículo grande e um pequeno. Em oito casas, foram realizadas intervenções de diferentes

tamanhos, a fim de conhecer o piso, a parede e o aterro nivelador; no montículo grande, foi realizado um corte para conhecer sua identidade; 100 cortes de 1 m² foram abertos no espaço entre as estruturas visando a avaliar as atividades externas às casas na vida cotidiana do assentamento.

RS-A-29 reúne 20 casas subterrâneas, um aterro grande e cerca de 20 estruturas menores, que se parecem com os montículos posteriormente identificados como funerários em São Marcos. Foram realizadas intervenções em sete casas e no aterro grande.

RS-A-28 é um pequeno abrigo rochoso na parede de alta rampa basáltica, junto de uma queda de água, na proximidade de um assentamento com três casas subterrâneas. No abrigo, identificado como “Perau das Cabeças”, havia denso aglomerado superficial de ossos humanos.

O objetivo do projeto era entender o assentamento: a forma das diferentes estruturas, sua construção, ocupação e cronologia; o espaço entre elas; a constituição do sítio em termos de ambiente escolhido, estruturas reunidas e cronologia da associação; a tecnologia usada na exploração do ambiente; a população e suas práticas funerárias.

As chamadas “casas subterrâneas” são habitações escavadas em terreno com pequeno declive, levantando a borda inferior com um aterro nivelador para implantação da cobertura. As paredes não são verticais tornando o piso pequeno e dando ao conjunto a forma de uma depressão semiesférica ou em calota de esfera. Elas são aproximadamente circulares e de tamanhos diferenciados, predominando completamente as pequenas, consideradas habitações unifamiliares.

As casas fugiam dos vales enfunados e se agrupavam em terrenos elevados, com leve declividade, perto de nascentes ou pequenos banhados, dentro ou na proximidade de capões de mato com pinheiros. No interior das habitações existem lugares de fogueiras, com vasilhas cerâmicas quebradas e instrumentos líticos. Cada uma delas podia ser ocupada uma ou mais vezes.

Os aterros grandes são restos de terra que sobraram da construção das casas; os pequenos, sepulturas individuais.

A vida e as atividades dos moradores não estavam restritas às habitações, apertadas e escuras, que serviam de refúgio e abrigo. No espaço entre elas, debaixo de árvores e pequenas construções a céu aberto, foram registrados muitos lugares de atividades, que podiam ser de preparação de alimentos, de produção de variados artefatos, de lazer e de circulação.

As estruturas de um assentamento foram construídas sucessivamente e não chegavam a ser usadas simultaneamente. As doze datas de C¹⁴ que marcam a construção ou uso das casas e dos montículos dos dois sítios cobrem do século XI ao século XIX de nossa era (ver Tabela 1, no Apêndice A). Percebem-se dois períodos, o primeiro aproximadamente do século XI ao século XIII, com três casas grandes e os montículos grandes; o segundo, do século XV ao século XIX com casas menores. Algumas datas e algum material do RS-A-27 são do século XIX, sugerindo que o sítio ainda seria usado por índios Kaingang, neste tempo em sua maior parte já recolhidos em reservas, mostrando que os assentamentos continuavam na memória dos moradores da região, mesmo se já não estivessem regularmente habitados.

Demonstram, também, que um sítio com muitas casas não era, necessariamente, uma grande aldeia, mas um lugar onde as casas se multiplicavam e substituíam através do tempo. As casas grandes e os montículos grandes estão ligados à primeira ocupação, quando o grupo todo moraria em uma casa. Depois, o tamanho das casas foi diminuindo para casas geminadas presumivelmente habitadas por duas famílias ou por famílias com duas mulheres. E, finalmente, para casas pequenas de uma família nuclear. Essa constatação se repete em nossos projetos do planalto do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

A cerâmica (4.344 fragmentos), da tradição Taquara, ainda estava cheia de crostas da preparação de alimentos. Os instrumentos feitos em pedra (1.618 peças) – usados para desbastar o mato, construir casas e fabricar instrumentos –, eram grandes, rudes e expeditos, em basalto local, sendo raras as mãos de pilão e as lâminas de machado bem acabadas.

O “Perau das Cabeças” proporcionou uma amostra da população e de suas práticas funerárias.

Em estreitas fendas de um despenhadeiro, junto a uma cascata, tinham sido depositados, sem enterrar e praticamente sem acompanhamento, os corpos de ao menos 65 indivíduos, de ambos os sexos, representando 47 adultos, um adulto jovem, cinco jovens, dez crianças e dois lactentes, que dão uma ideia da idade alcançada por estes indivíduos (KREVER; HAUBERT, 2001). Provavelmente o jazigo atendia a diversos assentamentos da região.

Em conexão com este primeiro, foram realizados estudos semelhantes no vizinho município de Bom Jesus, na Gruta do Matemático, com restos mortais de 37 indivíduos (BRENTANO; SCHMITZ, 2010), e no vale do Rio dos Sinos, na gruta do Caapora, em Caraá, com 36 indivíduos, distribuídos entre 15 adultos, nove jovens, oito crianças e quatro lactentes, dos quais alguns apresentavam marcas de corte e de queimadura nos ossos, indicando manipulação dos mortos por ocasião de sua deposição (SPINDLER, 2004; BRENTANO; SCHMITZ, 2006).

Abrigos funerários, com maior ou menor quantidade de indivíduos, são frequentes no planalto do Rio Grande do Sul e nos revelam informações acerca da vida e da morte de seus moradores.

São Marcos

Outras casas, outros sepultamentos, os instrumentos feitos com a rocha local

O município de São Marcos/RS fica entre o município de Vacaria e o município de Caxias do Sul, em altitudes entre 700 e 900 m. Caracteriza-se por campos de altitude e mata mista com pinheiros.

A pesquisa da equipe iniciou em 2003 e foi publicada por Rogge e Schmitz (2009) e Schmitz e Rogge (2004). O objetivo era testar os resultados conseguidos nos municípios vizinhos e ampliar o conhecimento do espaço em que ocorrem casas subterrâneas para avaliar as variações da ocupação indígena.

A cobertura foi bastante completa, e os resultados mostraram predominantemente convergências e algumas divergências com os municípios vizinhos. As estruturas registradas são casas subterrâneas, habitações a céu aberto, abrigos funerários e montículos funerários. Os materiais

estão representados por cerâmica e por inúmeros instrumentos líticos. Não há datas de C¹⁴.

Nos 35 sítios em que estão presentes, as casas subterrâneas predominantemente formam agrupamentos: seis sítios têm uma casa, um tem 12, e os demais 28 sítios têm entre duas e oito casas. As 126 casas têm os seguintes tamanhos: 102 até 6 m de diâmetro, 13 entre 7 e 10 m, uma com 14 m. A profundidade atual costuma ser inferior a 2 m. A composição dos sítios com relação ao tamanho das casas é variável.

Os sítios a céu aberto, em lugares de plantação, já eram pouco definidos com relação à distribuição de suas estruturas; somente um sítio, recém-arado, mostrava a distribuição do material em seis manchas distribuídas em um grande círculo.

No município, equipe chegou a conhecer sete abrigos basálticos próximos de habitações, nos quais se depositaram corpos de mortos. O número de deposições por abrigo é pequeno: 1, 2, 3, 3, 9, não conhecido, não conhecido, em um total de ao menos 20 corpos.

Quando não existem abrigos na proximidade das casas, aí se multiplicam os montículos considerados de sepultamentos individuais. Eles se apresentam como aterros elípticos com 5 e 6 m de medida maior, e cercados, no lado do aclave, por uma valeta rasa.

Na divisão do município por áreas de pesquisa, a composição dos locais é bem ilustrativa do padrão de assentamento: No Morro da Antena, dentro da cidade: dez sítios com 35 casas subterrâneas e 22 montículos funerários; junto à Rodovia São Marcos-Criuva: quatro sítios com 22 casas, um sítio a céu aberto com seis concentrações de material; na Linha Café: oito sítios com 33 casas, um abrigo funerário, três sítios a céu aberto, dez montículos funerários; na Capela de Santo Antônio: dois sítios com 14 casas, dois sítios a céu aberto, um abrigo funerário, seis montículos funerários; na Linha Zambecari: um sítio com duas casas, um sítio a céu aberto, um abrigo funerário; junto ao Arroio Cafundó: três sítios com 12 casas, um sítio a céu aberto, um aterro grande não definido, três abrigos funerários; no sul do município: quatro sítios com dez casas, dois sítios a céu aberto, um abrigo funerário, um montículo funerário; no

norte do município: três sítios com 18 casas, dois sítios a céu aberto e três montículos funerários.

Os sítios do município são todos da tradição Taquara, com exceção de um pequeno assentamento da tradição Umbu e outro pequeno da tradição Tupiguarani. A cerâmica da tradição Taquara não é abundante nos assentamentos: 249 fragmentos, dos quais 67% têm acabamento simples; brunido, unglado e pinçado seguem com porcentagens semelhantes entre si; com porcentagens menores estão: ponteados, vermelho e inciso.

Nestas porcentagens, a área se aproxima dos municípios vizinhos, nos quais também domina a tradição Taquara e se afasta dos sítios de Santa Catarina, de tradição Itararé, na qual a decoração não passa de 10%.

Os artefatos líticos, normalmente raros nas áreas pesquisadas, são abundantes em São Marcos. Eles são produzidos com matéria-prima local, basalto, riolito e cristal de rocha. Com exceção de algumas peças, eles são produzidos por poucos golpes duros, sem refinamento posterior. Um morador da linha Café durante alguns anos fez coleta em cinco sítios da comunidade reunindo 1.498 peças que dão uma ideia da rústica e expediente indústria lítica encontrada: núcleos formam 22%, lascas 13,2%, fragmentos de lascamento 0,3%, lascas retocadas 8,6%, talhadores terminais 38,8%, talhadores laterais 10,8%, raspadores 0,3%, bifaces 0,6%, percutores 1,4%, mãos 0,5%, lâminas de machado.

Diversas amostras de carvão dos sítios foram datadas, mas os resultados não se mostraram confiáveis.

O que ensinam as amostras do Rio Grande do Sul

O ambiente, as habitações, os assentamentos, o tratamento dos mortos, a subsistência, a cerâmica, os instrumentos de pedra, a cronologia, os descendentes

O ambiente é de bosques de mata mista com Araucárias, entremeados de campos, em altitudes entre 600 e 900 m. Os assentamentos se localizam nos divisores de água junto a nascentes e pequenos banhados. Eles são formados por casas subterrâneas,

por habitações a céu aberto e pela associação das duas formas de estruturas.

A casa subterrânea é uma criação adequada para áreas com solo de origem basáltica, clima subtropical com inverno frio e chuvoso, com abundância de araucárias, cuja semente se tornou o alimento principal. Esse tipo de casa se constitui de uma depressão em meia encosta, o que evita que aquela seja invadida pelo lençol freático e pela enxurrada de chuvas torrenciais ou persistentes, e de um aterro, o qual nivela a borda com a terra da escavação e serve de apoio a uma cobertura cupuliforme ou em chapéu chinês.

As casas grandes são antigas, ocupadas por famílias extensas, de algumas dezenas de pessoas; as casas geminadas e as pequenas são mais recentes, ocupadas por famílias menores ou nucleares.

O assentamento é formado aos poucos, com abandono de casas antigas, agregação de casas novas e alternância de moradia entre assentamentos próximos.

Os mortos eram enterrados na proximidade da casa ou depositados em grutas ou fendas rochosas quando disponíveis na proximidade do assentamento.

A subsistência era baseada em manejo ambiental, no fim talvez com alguns cultivos.

Entre os artefatos que se conservaram, destaca-se o vasilhame cerâmico, pequeno e altamente decorado por impressões plásticas, que os primeiros arqueólogos denominaram Tradição Taquara. Pormenores na forma, na quantidade e disposição da decoração diferenciam esta cerâmica do vasilhame de grupos estabelecidos no planalto e no litoral de Santa Catarina, que os primeiros arqueólogos denominaram Tradição Itararé.

O material lítico é muito simples, predominantemente lascado, feito de peças grandes, em rocha local.

As numerosas datas de C¹⁴ permitem acompanhar suas aldeias: no planalto, suas habitações eram predominantemente casas de piso rebaixado; na encosta e no litoral, eram choupanas a céu aberto. Em tempos coloniais e históricos, viviam na área exclusivamente grandes tribos de índios Kaingang, com ancestralidade comprovada para séculos anteriores; eles não mais construíam casas

subterrâneas, nem as lembravam ou reivindicavam como suas. Ítala Irene Basile Becker (1976) compilou uma etno-história e Luiz Fernando Laroque (2000, 2007) compilou a história desses Kaingang.

As pesquisas no planalto do Rio Grande do Sul se multiplicaram. Mesmo sem poder discutir suas propostas e seus resultados, neste estudo é fundamental indicar alguns trabalhos: Miller (1967, 1969) no planalto e na planície costeira; Mentz Ribeiro (1980, 1994, 1999-2000), Mentz Ribeiro e Ribeiro (1985), Mentz Ribeiro e Silveira (1979) no planalto e na encosta; Copé (2006, 2015), Copé e Saldanha (2002), Copé, Saldanha e Cabral (2002); Saldanha (2005, 2008); Souza (2012a, 2012b), Souza e Copé (2010), no planalto; Schmitz et al. (1987) na encosta; Wagner (2004) na planície costeira.

O Planalto de Santa Catarina

Taió, na bacia do rio Itajaí do Oeste *Acampamentos junto a um pinheiral pioneiro*

Na bacia do rio Itajaí do Oeste, afluente do rio Itajaí, norte do Estado de Santa Catarina, foi localizado um sítio com 11 casas subterrâneas bastante rasas com diâmetros entre 4 a 6 m, além de um montículo funerário (SCHMITZ et al., 2009). As estruturas estão muito próximas, às vezes até sobrepostas umas às outras, em um pequeno patamar com pinheiros, junto a um arroio. O local é de transição da planície fluvial para o planalto, com altitudes entre 300 e 800 m, ambiente de campos e floresta mista com pinheiros, beirando com a floresta ombrófila densa.

A pesquisa é dos anos de 2004, 2006 e 2007, quando foram realizados cortes individuais em cinco casas pequenas, nos anexos de três casas e nove cortes individuais nos espaços entre as estruturas. O interior das casas mostra poucos restos de ocupação, geralmente uma fina camada escura, com raros objetos líticos, no máximo três seixos formando um conjunto. Os lugares de fogo, às vezes com bonitas estruturas, outras vezes com camadas de carvão e objetos líticos dispersos, estavam em anexos externos às casas. O espaço entre essas tinha algum

material disperso. O montículo foi apenas limpo para destacar sua forma.

O material recuperado nas intervenções dentro e fora das casas é sempre muito escasso. Não se encontrou nenhuma cerâmica. Os objetos líticos são de arenito, arenito silicificado, sílex e quartzo. Fragmentos naturais de arenito eram usados para armar fogões; o basalto também era usado predominantemente para isso, mas também para fabricar uma lâmina de machado; o sílex local resultou em certo número de lascas, núcleos e fragmentos, um talhador, dois pequenos bifaces e uma ponta de projétil; em quartzo, encontrou-se apenas uma lasca. A matéria-prima e a maior parte dos poucos artefatos se identificam com as dos sítios Umbu, que no local tem numerosos sítios datados entre 8 e mil anos atrás.

Existem quatro datas de C^{14} , das quais três são de anexos de casas e uma de um forno subterrâneo: 560 anos d.C. no anexo da casa 10; 730 d.C. no forno subterrâneo; 770 d.C. no anexo da casa 6; 1300 d.C. no anexo da casa 5 (ver Tabela 2, no Apêndice B). As três primeiras coincidem com as do sítio do Rincão dos Albinos, em São José do Cerrito, nos Campos de Lages, de que se fala a seguir.

Observando o pouco tamanho das estruturas, a proximidade e a ocasional sobreposição entre elas, sua pequena ocupação e reduzido material, surge a imagem de um acampamento, não de uma aldeia. Essa impressão é reforçada pela separação delas no tempo, indicada pelas datas: provavelmente não haveria mais que uma ou duas casas em cada momento. E, em algum deles, morreu alguém e foi enterrado, dando origem ao montículo. Ademais, o surgimento de um acampamento pode ser atribuído à existência de antigo e, neste tempo, ainda raro bosque de pinheiros (MATOS, 2011).

Apesar da falta de cerâmica típica, atribui-se o sítio ao grupo Jê Meridional em razão das casas subterrâneas. No local, a população com casas subterrâneas do planalto se encontra com a tradicional ocupação Umbu da mata atlântica da encosta; a interação entre elas parece inegável embora ainda não compreendida.

Salienta-se que a forma de ocupação estudada em Taió torna-se mais clara no sítio Rincão dos

Albinos, com um acampamento somando 107 dessas “casas”.

Rastreando o trabalho feito na década de 1970 nos Campos de Lages por Maria José Reis (2007), chegou-se ao município de São José do Cerrito, onde existe variado e denso número de sítios. Depois de uma revisão geral de todos os assentamentos mapeados por Reis (BEBER, 2013), houve investimentos maiores em três áreas apresentadas a seguir: Rincão dos Albinos, Boa Parada e Santo Antônio dos Pinhos, que são abordados na sequência do texto.

Rincão dos Albinos

107 Casas subterrâneas, acampamentos repetidos junto a um bosque de pinheiros

Rincão dos Albinos (ver Figura 2-A) é uma comunidade sobre o caminho que vai a Curitiba e que dista aproximadamente 18 km da sede municipal de São José do Cerrito. Ali, junto à nascente de pequeno tributário da margem esquerda do rio Canoas, em altitude de 950 m, ambiente de campos de altura e floresta mista com araucária, encontra-se o maior sítio conhecido de casas subterrâneas: 107 casas e 10 pequenos montículos. As estruturas estão concentradas em um espaço de menos de 300 m de diâmetro, em ambas as margens de um minúsculo fluxo de água, nascido de um pequeno banhado de altura: 39 casas estão na margem direita, 68 casas e 10 montículos na margem esquerda. Um pouco afastados do conjunto das casas, em posição levemente mais elevada, junto ao ponto em que o terreno cai abruptamente, existem mais alguns terraços aplanados, pouco evidentes; por isso, não estudados (SCHMITZ et al., 2013b). Raul Viana Novasco (2013) cartografou o ambiente.

As casas são pequenas, muito próximas umas das outras e muitas se sobrepõem; 49 têm diâmetros de 4 m ou menos, 37 entre 5 e 5,5 m; 21 entre 6 e 8 m. A profundidade antes da escavação não passava de 0,60 a 1,10 m.

Os dez aterros da margem esquerda do fluxo de água têm entre 2,5 e 5 m de tamanho, alturas menores que 1 m e se apresentam como sobras de terra da construção das casas; não foram testados.

As chamadas casas se comporiam da reduzida depressão, da qual resultou pequeno aterro lateral e de uma leve cobertura feita com ramos, taquaras finas e palha, cujos restos queimados são vistos no entulho das casas.

O sítio foi estudado pela equipe do IAP em 2011 e 2012, com intervenções em dez casas e com 21 cortes de 1 m² no seu entorno.

A estratigrafia das casas mostra uma fina camada escura sobre o piso, ou várias finas camadas escuras, até cinco, separadas por camadas mais claras, e indicam, no primeiro caso, uma; no segundo, mais ocupações. Nessas camadas, costumam aparecer objetos líticos que podem estar arrumados como estruturas de fogueiras, alguma vez cobrindo um espaço considerável do piso, outras vezes apenas objetos dispersos. São os indicadores da ocupação, que nunca parece ter sido efetiva, longa e constante. A vida não se restringia ao apertado espaço da casa, que serviria de abrigo noturno, refúgio contra chuva, frio e animais, além de guarda de instrumentos ou alimentos, mas se expandia para o entorno, onde existem camadas escuras mais espessas, com armações de pedra para o fogo e delimitações de espaços de atividade. A imagem resultante é claramente de sucessivos acampamentos.

Para conhecer o ritmo da ocupação, tanto das duas margens do fluxo de água como das casas em particular, foram realizadas 14 datas de C¹⁴, que aqui ordenamos por idade e margem. Começando pela margem direita do fluxo de água. Janela 14: 630 anos d.C.; Casa 14: 630 anos d.C.; Casa 17: 630 anos d.C.; Janela 3: 700 anos d.C.; Casa 25: 760 anos d.C.; Janela 8: 840 anos d.C.; Casa 2: 870 anos d.C. (ver Tabela 2, no Apêndice B).

Pela margem esquerda: Casa 14: 600 anos d.C.; Casa 27: 620 anos d.C.; Casa 26, na sequência das camadas: 660 anos d.C.; 640 anos d.C.; 680 anos d.C.; 690 anos d.C.; Casa 4: 1120 anos d.C. (ver Tabela 2, no Apêndice B).

As ocupações se dão em tempos parecidos nas duas margens a partir do século VII e se estendem por muitas gerações. Existem casas ocupadas até cinco vezes, como a casa 26, da qual datamos as quatro primeiras camadas; o carvão da última, com alguns fragmentos cerâmicos, não oferecia garantia.

A primeira cerâmica aparece na margem direita: oito pequenos fragmentos de um pote na janela 8, com data de 840 anos d.C. (ver Tabela 2, no Apêndice B); oito fragmentos juntos na janela 10; são 16 fragmentos simples, correspondentes a dois ou três pequenos recipientes da tradição Itararé. Na margem esquerda, somente apareceram nove fragmentos simples correspondentes a três pequenos recipientes, um deles da casa 4, com data de 1120 anos d.C. (ver listagem); oito em pequena fogueira na superfície da casa 26, sem data.

O material lítico lascado não é abundante: certo número de lascas, fragmentos, núcleos e pequenos talhadores, feitos a partir de variedades locais de basalto. Os artefatos polidos, a partir de matéria-prima exógena, são dois fragmentos de mão de pilão e três fragmentos de lâminas de machado.

Sinais de acampamento são: muitas “casas”, pequenas, de poucos restos, com várias reocupações em pequeno intervalo, aglomeradas em reduzido espaço e sobrepondo-se junto de um pequeno fluxo

de água; mais estruturas e materiais fora das casas do que dentro; poucos artefatos e os mais duráveis claramente trazidos de outro lugar.

As razões do acampamento: coleta da semente da Araucária no verão e no outono; a repetição do acampamento no mesmo lugar porque ali haveria um pinheiral pioneiro de alguma potência em um período em que este apenas começava a se expandir sobre o planalto (BAUERMANN; BEHLING, 2009). Sítio parecido, mas muito maior que o de Taió.

As perguntas para os dois assentamentos são estas: onde ficavam seus ocupantes quando não estavam acampados nesses sítios? A hipótese: em outros nichos vegetais formados nos campos do planalto, ou na margem dos rios que cortam estes campos. E como era, então, seu assentamento? As hipóteses alternativas: a) em outros acampamentos semelhantes e b) em grandes casas coletivas como as conhecidas a partir do ano mil de nossa era em Boa Parada. Em Santo Antônio dos Pinhos foi realizado um primeiro teste, mas sem encontrar resposta.

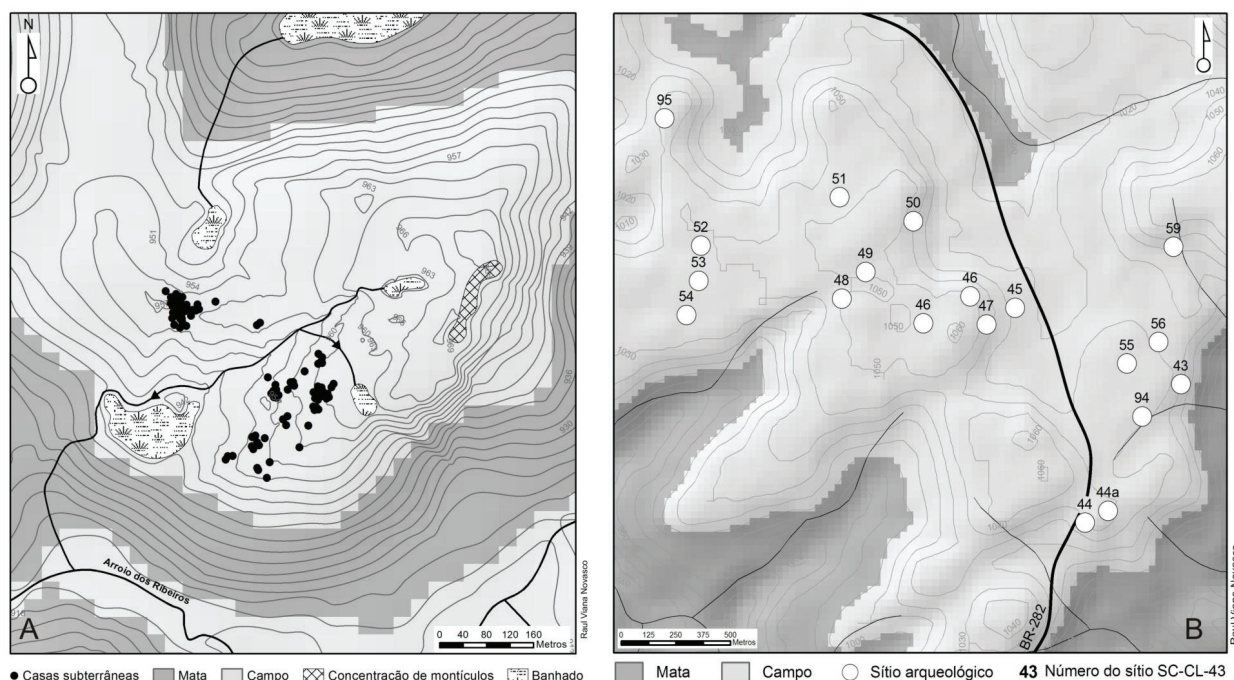


Figura 2 – A) Sítio Rincão dos Albinos; B) Conjunto de sítios da Boa Parada
Fonte: Schmitz et al., (2013b, p. 70, 2013c, p. 138).

Boa Parada

Grandes casas, aterros para cremar os mortos, estabilidade residencial em nicho ambiental privilegiado

Em Boa Parada (ver Figura 2-B), na periferia da sede do município de São José do Cerrito, sobre a rodovia BR-282, estão localizados 19 sítios arqueológicos em uma área de aproximadamente 1 km de diâmetro. São mais de 50 casas subterrâneas de diferentes tamanhos: uma tem 19,50 m, outra tem 13 m, três têm 12 m de diâmetro; as demais têm entre 10 e 5 m; quatro são geminadas, constando cada uma de duas depressões com apenas um aterro e uma cobertura. (SCHMITZ et al., 2010, 2013c, 2016a).

Em meio às casas, existem quatro aterros-plataforma, construções de terra de topo plano nas quais se cremavam os mortos: o SC-CL-52a tem 29 m de diâmetro e 2,20 m de altura; os aterros 1 e 2 do SC-CL-46 têm 20 m de diâmetro e 1 m de altura; o aterro 3 do SC-CL-46 tem 18 m de diâmetro e 0,80 m de altura. Além deles, existe um “danceiro” composto por quatro estruturas anelares, isto é, pequenos aterros circulares circundados por um anel rebaixado e este por uma baixa taipa de terra. Tanto os aterros-plataforma, quanto o “danceiro” estão em lugares levemente mais elevados que as casas próximas.

A equipe do IAP trabalhou nesta área em 2008, 2009, 2010, 2013 e 2015, com intervenções na casa de 19,50 m, que é do século XI; em uma casa de 12 m, também do século XI; na casa de 13 m, do século XII; em quatro casas geminadas com datas dos séculos XIV, XV, XVI e XVII. Das casas pequenas, uma é do século XIV, e quatro do século XVI. Por baixo de uma casa geminada, apareceu um assentamento a céu aberto, cuja data é do século 7º antes de nossa era (ver Tabela 2, no Apêndice B).

As datas indicam que há relação entre o tamanho das casas e a cronologia: as casas grandes são antigas; as geminadas e as pequenas são mais recentes. Todas as casas são habitações: nas antigas morariam famílias extensas, ou todo o grupo local, com dezenas de indivíduos; nas geminadas, duas famílias ou famílias com duas mulheres; nas pequenas, uma família. A correlação entre tamanho de casa e cronologia sugere que houve mudanças na

organização do grupo social, de maior para menor proximidade social. Também, ocorreu mudança na tecnologia construtiva: as casas grandes teriam cobertura em forma de chapéu chinês, as geminadas em forma de canoa emborcada, as pequenas provavelmente em cúpula ou colmeia.

Houve, ainda, intervenções nos quatro aterros-plataforma. O aterro-plataforma de 29,5 m tem três datas: a primeira do fim do século X, as duas seguintes do começo do século XI; elas são bem parecidas com as da vizinha casa de 19,50 m. O aterro-plataforma 3 tem, na base, uma data do século XI e perto do topo uma do século XIII; a primeira é semelhante à da vizinha casa de 12 m. Os aterros-plataforma 1 e 2 estão bem próximos um do outro. O aterro-plataforma 1 tem, na base, uma data do século XIV e, em uma camada superior, uma do século XV. O aterro 2 tem, perto da base, uma data do século XIV. As datas dos dois aterros combinam com as das casas geminadas e casas pequenas da área do entorno.

Além disso, foram feitas intervenções em três estruturas anelares do “danceiro”. A data conseguida para a maior é de século XII, semelhante à da grande casa próxima, também do século XII. (ver Tabela 2, no Apêndice B).

A proximidade entre casas e aterros individuais, tanto plataformas como anelares, sugere pertença ou ligação, que é confirmada por idades praticamente iguais. A diferença entre as datas da base para camadas superiores indica continuidade de uso, ou nova utilização da estrutura.

A potência das instalações e a relativa continuidade da ocupação por seis a sete séculos fazem supor que ali tenha havido um nicho ambiental com recursos abundantes, variados e confiáveis durante o ano, complementada provavelmente por recursos de uma área maior, ou por alternância de ocupação com outras áreas. A concentração de Boa Parada é circundada por largo anel de poucos recursos e assentamentos menores bastante dispersos. A relação entre o núcleo da Boa Parada e sua periferia teve um primeiro teste em Santo Antônio dos Pinhos.

O núcleo da Boa Parada teve seus últimos assentamentos em 1630. Em 1629, nos Campos de Lages, foi estabelecida, a primeira estância paulista

(segundo quadro na estação rodoviária de Lages). E, a partir de 1635, transitaram pela área bandeiras compostas por mais de uma centena de paulistas e um milheiro de índios Tupis em busca dos índios guaranis missionados no Rio Grande do Sul pelos jesuítas da Província do Paraguai. Essas bandeiras voltavam pelos Campos de Lages com dezenas de milhares de prisioneiros para abastecer o desfalcado mercado de escravos do Brasil (JAEGER, 1939).

Fica a pergunta: para onde foram os índios enxotados pelos paulistas?

E mais esta outra: como passaram dos acampamentos do Rincão dos Albinos e de Taió para as residências da Boa Parada? Os sítios não têm coincidência estrutural, nem cronológica: Rincão e Taió se apresentam como uma sucessão de acampamentos transitórios, a Boa Parada como assentamentos estabilizados; Rincão e Taió são do primeiro milênio, Boa Parada do segundo milênio de nossa era. Natália Machado Mergen, em sua dissertação de mestrado na UNISINOS, estuda a complexidade dos assentamentos do planalto catarinense (MERGEN, 2016).

Santo Antônio dos Pinhos

O teste da Boa Parada: ocupações alternativas

Santo Antônio dos Pinhos (ver Figura 3-A e Figura 3-B), à beira da rodovia BR-282, é uma comunidade que dista 19 km da sede do município de São José do Cerrito (SCHMITZ et al., 2016b). No local, Maria José Reis deixou registrados dois sítios em um nicho ambiental formado pelo arroio Goiabeiras em um entorno consideravelmente pobre e vazio. O arroio Goiabeiras tem por volta de 5 m de largura e desemboca no rio Canoas. Deve-se mencionar que Rafaela Nogueira Schwambach (2016) realizou um estudo ecológico do nicho ambiental e de seus sítios.

O sítio SC-CL-63, localizado à margem esquerda do arroio, compõe-se de dois pequenos aglomerados. Um tem duas casas grandes, o desaterro separado de uma dessas casas, duas casas menores e dois pequenos aterros aparentemente funerários. O outro aglomerado compõe-se de uma casa média e quatro casas pequenas, que a lavoura de soja

deixou quase niveladas com o solo. Nenhum aterro-plataforma foi encontrado ali.

O sítio SC-CL-64, na margem direita do arroio, compõe-se de apenas uma casa de 15 m de diâmetro com largo aterro, dois grandes aterros-plataforma, outro aterro menor insuficientemente definido e um pequeno aterro funerário.

Em 2016, a equipe do IAP realizou intervenções em ambos os sítios com o objetivo de encontrar respostas para três questões: a) sítios complementares do núcleo residencial de Boa Parada; b) áreas residenciais das quais se teriam originado os acampamentos de Rincão dos Albinos; c) teste para a relação entre as casas e os aterros-plataforma e entre as casas e as estruturas anelares, formulada para os sítios da Boa Parada.

No primeiro sítio (SC-CL-63), realizou-se topografia do terreno e registro das estruturas do primeiro grupo. Depois, produziram-se cortes estratigráficos em uma casa grande e rasa, no seu entorno e desaterro, este depositado a 30 m de distância. Também se fez um corte em uma das casas menores. Os cortes no interior das duas casas e no entorno imediato renderam pequenas estruturas de fogo e cerâmica. E os cortes no desaterro e na sua vizinhança dele não renderam cerâmica.

A data da casa grande e rasa é do século XIII (ver Tabela 2, no Apêndice B) e encaixa-se em um relativamente longo período em que a Boa Parada não teve habitações, podendo ser considerada ocupação alternativa daquela área, dentro do nosso questionamento, letra a).

No segundo sítio (SC-CL-64), não houve intervenções na depressão da casa, que tinha sido muito impactada na tentativa de transformá-la em piscina para os filhos do proprietário. Mas se realizaram quatro cortes estratigráficos no largo aterro que a cerca, os quais renderam pouco material lítico, algum carvão disperso, nenhuma cerâmica. Também se produziu um corte em um dos aterros-plataforma, medindo 13 m de diâmetro por 1,60 m de altura, o qual rendeu pequenos artefatos de quartzo e nenhuma cerâmica, mas reproduziu muito claramente as estruturas dos aterros-plataforma da Boa Parada: na base, uma camada de uns 10 cm com muito carvão granulado proveniente de madeira

dura; sobre ela, uma camada de uns 10 cm de saibro avermelhado, selecionado para cobri-la; depois, um espesso depósito de terra bastante solta em cujo topo havia pequenas estruturas de fogo. Estas são as características dos monumentos de terra ligados à cremação dos mortos e à deposição de cinzas resultantes.

A data, do começo do século XI (ver Tabela 2, no Apêndice B), pode ser usada para datar todo o sítio. Ela coincide com a dos dois aterros-plataforma antigos da Boa Parada e das casas vizinhas a eles. O sítio foi importante para testar a relação entre as casas e os aterros-plataforma, nossa letra c. Na Boa

Parada, por causa do aglomerado de casas em um pequeno espaço, pode haver dúvidas quanto a este relacionamento. Neste sítio temos apenas uma casa e os vários aterros que a cercam não podem ter outra origem que não a casa. Não podemos pensar o sítio SC-CL-64 como o espaço ritual do SC-CL-63 porque, além da distância de 500 m, as estruturas e idades são muito diferentes.

Também estamos impedidos de pensar os sítios de Santo Antônio dos Pinhos como as residências dos acampados no Rincão dos Albinos, distante apenas 15 km, porque as datas são muito diferentes, nossa questão b.



Figura 3 – A) Arqueólogos no aterro da casa SC-CL-64. B) Aterro-plataforma da casa SC-CL-64
Fonte: Fotos de Schmitz (janeiro de 2016).

O que dizem as amostras do planalto de Santa Catarina

Uma história de longa duração, áreas de tensão ecológica nos Campos de Lages, grandes casas com seus aterros-plataforma ou estruturas anelares, mobilidade de grupos

No planalto de Santa Catarina, pôde-se esboçar uma história de longa duração.

O primeiro momento, do século 7º antes de Cristo, quando o pinheiro ainda seria muito escasso (BAUERMANN; BEHLING, 2009), é apenas um assentamento a céu aberto, sem cerâmica.

O segundo momento, a partir do século VI de nossa era, quando o pinheiro se expandiria rapidamente, é de dois sítios resultantes de numerosos acampamentos temporários, feitos por

uma população ainda sem cerâmica, em Taió e em Rincão dos Albinos.

O terceiro momento, o século XI, quando o pinheiro estaria tomando conta do planalto, é de três sítios com grandes casas e aterros-plataforma, na Boa Parada e em Santo Antônio dos Pinhos.

O quarto momento, o século XII, em condições ambientais já estabilizadas, que marcam também os momentos posteriores, é de uma casa grande e quatro estruturas anelares.

O quinto momento, o século XIII, não tem casas na Boa Parada, apenas três cremações sobre um aterro antigo. Mas existe um assentamento maior em Santo Antônio dos Pinhos, para um nicho ambiental semelhante para onde a população parece ter-se movido.

O sexto momento, do século XIV ao século XVII, é de casas pequenas e casas geminadas com dois aterros-plataforma, de volta à Boa Parada.

Este povoamento acompanha a expansão da mata com Araucária; a instalação humana e o consequente manejo do ambiente resultaram em paisagens inconfundíveis.

A cremação dos mortos parece caracterizar todos esses grupos ceramistas, somente aparecendo raros sepultamentos no chão. O aterro-plataforma como lugar de cremação parece ligado a um dos grupos de ocupantes; as estruturas anelares, a outro grupo. Eles ocupam espaços diferentes e se alternam: o primeiro grupo, de casas grandes e aterros-plataforma, é substituído pelo de casa grande e estruturas anelares; e, depois de um período sem casas, volta o grupo dos aterros-plataforma que, aparentemente, tinha sido transferido para Santo Antônio dos Pinhos. A identificação, atuação e movimentação de diversos grupos na área são ainda mal compreendidas.

Como a pesquisa estuda assentamentos em interflúvios, onde os grupos se estabelecem e movimentam em nichos de tensão ecológica nos campos de altura, será necessário, oportunamente, incluir os assentamentos da beira dos rios para completar o sistema de assentamento.

Como no item anterior, devem ser mencionados outros pesquisadores da área: Caldarelli e Herberts (2002); Carbonera (2014); Corteletti (2012); Corteletti et al. (2015); De Masi (2006, 2009); De Masi e Artusi (1985); Herberts (2006); Iriarte e Behling (2007); Iriarte, Gillam e Marozzi (2008); Iriarte et al. (2013); Müller (2008, 2011), Mülller e Mendonça de Souza (2011); Piazza (1969); Rohr (1971); Souza et al. (2016).

O Litoral de Santa Catarina

Içara

Um grande cemitério na foz do rio Araranguá, de populações móveis na planície costeira

O sítio (ver Figura 4-A), localizado na Barra Velha do rio Araranguá junto ao Oceano, apresentava-se como um conjunto de manchas claras produzidas por camadas pouco espessas de

conchas e outros restos biológicos. Estendia-se por 300 x 30 m sobre um terraço de areias claras ao longo de um canal abandonado da foz do rio. O ambiente apresenta variadas formações naturais, incluindo o Oceano, a desembocadura do rio, dunas consolidadas, matas de restinga, campos litorâneos, banhados, lagoas e florestas de planícies quaternárias. Nos anos de 1992, 1993, 1994 e 1995 a equipe do IAP escavou 364 m², que representam aproximadamente a metade do sítio (SCHMITZ et al., 1999).

As camadas que, no centro, alcançam um máximo de 80-90 cm e vão diminuindo em direção às bordas, são constituídas por conchas de moluscos, ossos de peixes, outros restos animais e vegetais e objetos líticos que envolvem quatro pequenos cemitérios e dois sepultamentos isolados.

Os restos vegetais recuperados indicam predominantemente cocos de Jerivá, palmeira que deveria formar extensos bosques nos areais da planície. Os restos de animais provenientes da água indicam forte aproveitamento de moluscos gastrópodes e bivalves, especialmente ostras, que seriam buscadas em um banco dessa espécie na desembocadura do rio, além de peixes marinhos, com destaque para bagres adultos, que sobem o rio no período quente do ano. Os animais provenientes de terra são aves e mamíferos, havendo destaque para antas e porcos do mato. Os restos encontrados indicam utilização do espaço predominantemente no período quente do ano.

No sítio, não há cerâmica. Os abundantes objetos líticos, intensamente quebrados, são diferentes daqueles dos sambaquis.

Nos estratos, observaram-se quatro pequenos cemitérios e dois sepultamentos isolados. Eles reúnem 84 indivíduos, em 40 covas ou sepulturas. Destas, 19 são de sepultamentos primários, dos quais dez estavam em covas individuais, três em covas de dois indivíduos e um de três indivíduos. Das 21 sepulturas secundárias, 12 eram de indivíduos não cremados, cinco de cremados, duas de parcialmente cremados e duas mistas. Entre os indivíduos que foi possível classificar por idade, está representada toda a população: sete com menos de um ano; 18 entre um e oito anos; sete entre nove e 18 anos; 21 entre 21 e 45 anos.

Existem duas datas feitas sobre conchas: 370 anos d.C. e 500 anos d.C. (ver Tabela 2, no Apêndice B)

A deposição dos resíduos em manchas, os cemitérios separados, o tratamento dos mortos, os restos de alimentos indicam sucessivos acampamentos de verão de uma população sem cerâmica, não sambaqueira, nem Umbu, a qual depositava corpos inteiros de falecidos no local e ossos descarnados e descarnados e ainda cremados de falecidos em outros acampamentos. Apesar da ausência de cerâmica típica, o sítio é atribuído ao grupo Jê Meridional. Para isso, além da clara diferença do sítio com relação a outros assentamentos pré-cerâmicos do litoral, foi importante a descrição que o missionário

jesuíta Antônio Ruiz de Montoya fez do ritual de deposição do Xokren do Paraná (MONTROYA, 1951). A cremação dos mortos se mostrou um identificador do Jê Meridional no litoral e no planalto como se viu no item 2 de nosso texto.

A existência de pacotes compostos por corpos descarnados e de pacotes de descarnados e cremados indica que se trata de um cemitério de referência de uma população móvel que aí vinha depositar e celebrar seus mortos. Não se conhecem os acampamentos donde procedem estes corpos, nem se existem outros cemitérios semelhantes no litoral de Santa Catarina.

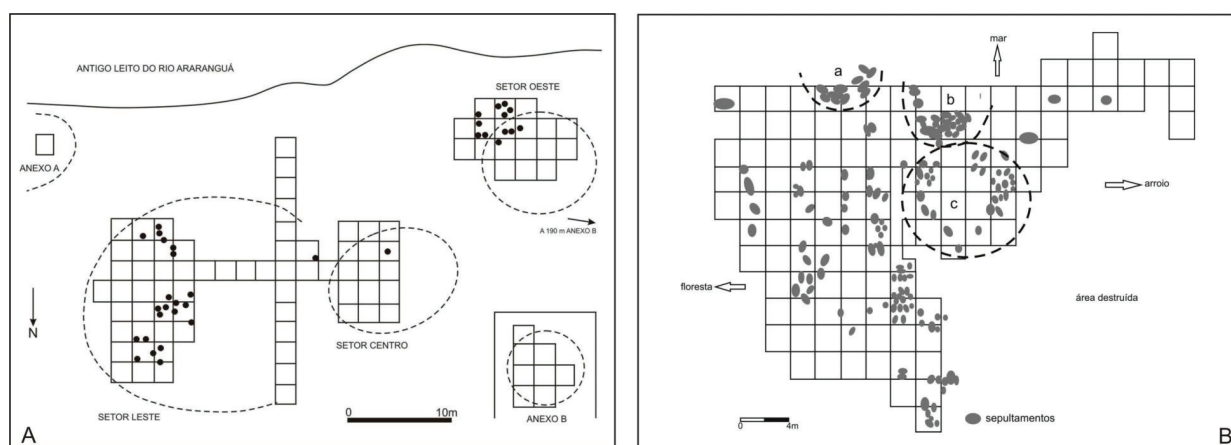


Figura 4 – A) Planta da escavação de SC-IÇ-01, B) Distribuição dos sepultamentos no sítio Laranjeiras II
Fonte: Adaptadas de Schmitz et al. (1999, p. 28) e Schmitz et al. (1993, p. 36).

Tapera

Desenvolvendo estabilidade junto ao mar com o manejo de ambiente diversificado: casas, aldeia e cemitério

Tapera é um grande sítio, na Ilha de Santa Catarina, em planície aluvial drenada por um arroio, que desemboca em mar raso da Baía Sul. O sítio está voltado para o continente e protegido dos fortes ventos do Sul.

João Alfredo Rohr, nos anos de 1962, 1963, 1964, 1965 e 1966, escavou mais de 2.000 m², esgotando a área do sítio. A partir desse trabalho, ele publicou, na Revista Vozes, um relatório amplo em 1967 (ROHR 1967a, 1967b, 1967c, 1967d, 1967e) e em 1968 (ROHR 1968a, 1968b).

Após a morte do arqueólogo, a equipe do IAP fez nova análise de todo o material em 1987, 1988 e 1989, da qual resultou uma publicação em *Pesquisas, Antropologia*, organizada por Silva et al. (1990); e, deste estudo final, são tiradas as informações que seguem.

O sítio testemunha uma primeira ocupação por populações da tradição cerâmica Itararé e uma ocupação posterior por gente da tradição cerâmica Tupiguarani. A ocupação Itararé tem as datas de 810 anos d.C. e 920 anos d.C. (ver Tabela 2, no Apêndice B), que são coerentes com as datas de sítios litorâneos parecidos. A aldeia Tupiguarani foi datada de 1400 anos d.C.

Em razão de as camadas terem sido muito impactadas por sucessivas ocupações, indígenas e caboclas, não é fácil separar o que é de uma e o que

é de outra ocupação, com exceção da cerâmica e dos sepultamentos, que são atribuídos ao Jê Meridional.

Foram recuperados 4.631 fragmentos cerâmicos da tradição Itararé, 19.411 da tradição Tupiguarani, 4.271 artefatos líticos e 3.502 peças em osso e concha. Nos sepultamentos, foram identificados ao menos 176 indivíduos atribuídos, de forma geral, à ocupação Itararé pela forma do sepultamento.

Os abundantes restos faunísticos e florísticos, que formaram as camadas, provêm de variada e múltipla exploração de ambientes, do mar, de baixios, mangues, lagoas costeiras, restingas e floresta atlântica. A técnica para a exploração do ambiente criou numerosos artefatos; mas, assim como os restos faunísticos e florísticos, são difíceis de distribuir entre as populações que se assentaram no local em diferentes momentos, razão pela qual não os detalhamos.

O assentamento Itararé está mais visível por sua forma de sepultamento, sempre primário e estendido, com os mortos dos grupos familiares mantidos juntos, em espaço limitado. Em um primeiro momento, esses corpos são guardados no interior da choupana, de planta circular, depositados ao longo da parede, com o rosto encarando o centro. Essas choupanas, repetidas uma sobre a outra, cerca de nove vezes, indicam uma população ainda pequena; entretanto, constante no mesmo lugar. Em um segundo momento de ocupação, os corpos são depositados juntos e apertados em pequenos espaços limitados, reunindo números parecidos de indivíduos. Podem ser visualizados 22 destes cemitérios “familiares”. Ainda existe uma dezena de sepultamentos individuais. As escavações não chegaram a evidenciar como teriam sido as casas neste segundo período de ocupação Itararé.

Os sepultamentos reúnem indivíduos de todas as faixas etárias, representando uma população que permanece no lugar: são 69 crianças, cinco pré-adolescentes e adolescentes, 83 adultos e 19 maduros.

O assentamento mostra uma população adaptada à planície costeira e ao litoral à semelhança dos construtores dos sambaquis, porém culturalmente diferente, com abundante uso de cerâmica, artefatos líticos, ósseos e conchíferos. Assenta-se em grupos

familiares, que permanecem no lugar, renovando o assentamento e demonstrando pouca mobilidade residencial. Os mortos da família são mantidos juntos. Assim, o que mais os identifica como Jê Meridional é a cerâmica.

Laranjeiras II

Definitivamente, pescadores. Casas com múltiplos sepultamentos

O sítio está localizado na tranquila praia da Baía das Laranjeiras, no município de Camboriú/SC, na beira de pequeno arroio de águas cristalinas, cercado por morros cobertos pela floresta atlântica e perto de um dique de diabásio, que fornecia matéria-prima excelente para instrumentos polidos. Os moradores tinham à disposição grande variedade de recursos do mar, da praia, de mangues, da restinga, e da floresta atlântica e os morros que cercam a pequena baía os protegiam dos ventos frios do sul. O sítio estende-se por 60 m ao longo da praia com 30 m de largura.

Em 1977 e 1978, João Alfredo Rohr escavou 500 m², aproximadamente a metade do sítio; a outra metade foi destruída pelo proprietário em momento em que o arqueólogo estava ausente. Rohr não conseguiu definir uma idade confiável para o sítio, mas esta deve ser do começo do segundo milênio de nossa era como a de outros assentamentos semelhantes do litoral catarinense. Um pouco antes da morte, o autor entregou para publicação um relatório incompleto (1984), que a equipe do IAP retomou em 1986, 1990 e 1992, com todo o material, para fazer uma publicação mais ajustada e completa (SCHMITZ et al., 1993), a qual serve de base para as informações a seguir.

A parte escavada é testemunha de um assentamento continuado, no qual as ocupações se sobrepunham: na proximidade do arroio, estavam as habitações; no lado oposto, os fogões e fornos subterrâneos; na proximidade do mar, o lixo ofensivo.

Quem indica a localização e delimitação das casas são os esqueletos dos mortos, enfileirados, às vezes acumulados, ao longo da parede interna da habitação (ver Figura 4-B). Eles eram enterrados, de preferência, fletidos, ocupando um mínimo de espaço e com um nada de acompanhamento. Uma habitação

de 8 m de diâmetro, escavada inteira, mostra todo o seu perímetro marcado por 33 esqueletos, deixando desimpedidos apenas o centro da casa e a saída para o mar, lugares de circulação dos moradores. O número e a idade dos sepultados indicam que a habitação teria sido ocupada por família extensa ou grupo de parentesco e que a pertença à família não terminava com a morte. A sobreposição de sucessivas casas, marcadas por filas de sepultamentos, indica a permanência do grupo no mesmo lugar e caracteriza uma população residente, estabilizada.

No espaço escavado, foram encontrados restos de ao menos 114 indivíduos. E esses restos fornecem o perfil da população: 32,5% são de imaturos (crianças e jovens), 67,5% de adultos. Entre estes, cujo sexo foi determinado (58,4%), os homens perfazem 57,8% contra 42,2% de mulheres. Dos adultos determinados, 64,4% morreram antes dos 30 anos; 33,3%, como maduros; apenas um faleceu com mais de 50 anos.

Essa população possuía tecnologia estabilizada, inferida da quantidade e qualidade de seus artefatos. Foram recuperados 5.551 fragmentos de cerâmica da tradição Itararé, 2.300 objetos líticos e três centenas de objetos feitos em osso e concha. Como o sítio parece não conter elementos estranhos, ao contrário de Tapera, é possível especificar em grandes linhas esses artefatos.

Por todo o sítio, havia grande número de seixos, de lascas primárias e secundárias e de fragmentos de lascamento, dos quais foram recolhidas 1.999 unidades. Os objetos com maiores modificações são 14 seixos oxidados, 84 percutores, nove polidores, 1 seixo com depressão circular profunda, 21 pesos de rede, 150 lascas modificadas para fins de encabamento, 585 prismas lascados ou polidos, 13 seixos polidos de encabar, dez artefatos fusiformes, um cilindro polido.

Em osso foram recolhidas 249 pontas uni ou biterminadas, 18 esporões de peixe, 25 ossos longos apontados, 12 agulhas, seis anzóis, oito espátulas em osso de baleia; ainda dentes trabalhados de lobo marinho, boto, puma, bugio, coati, felídeos não identificados, tubarão tintureira e cação. As conchas perfuradas são poucas.

O grupo de pessoas, que ali residia, tinha no mar, na praia, nos mangues e na mata atlântica suficientes recursos, em todas as estações do ano, para tornar o assentamento estável, sem necessidade de movê-lo para outro lugar. Na aquisição de proteínas, somavam a caça de mamíferos terrestres e marinhos, à pesca e à coleta de moluscos e equinodermas do mar. Não houve controle de como teria sido a apropriação de carboidratos, mas a mata atlântica e a mata de restinga cercavam o sítio.

O sítio é considerado Jê Meridional por sua cerâmica, sua população (NEVES, 1988) e sua diferença dos sambaquis da região. Para estes moradores litorâneos, somente existiam datas de C^{14} até o século XII ou XIII. Com a ocupação da planície costeira por populações guarani, eles teriam sido expulsos, assimilados ou extirpados. Convém, por fim, mencionar que Rodrigo Lavina (1994) discute a ligação dos sítios litorâneos com a etnia Xokleng.

O que dizem as amostras do litoral de Santa Catarina

O ambiente litorâneo, os assentamentos, o tratamento dos mortos, a subsistência, a cerâmica e os instrumentos em pedra

Os sítios do litoral atribuídos ao Jê Meridional se distinguem dos sambaquis, em termos gerais, entre outros elementos, por uma cronologia mais recente, a cerâmica presente nos sítios, com exceção de Içara, o lugar do assentamento em frente ao mar e as características biológicas dos moradores. As semelhanças e relações entre as duas formações culturais não estão livres de discussão.

Os sítios do litoral se distinguem dos assentamentos do planalto correspondente porque foram implantados em ambiente no qual o clima e os recursos eram diferentes. O mar, a vegetação das dunas, a mata de restinga da planície costeira e a mata atlântica da encosta proporcionavam recursos variados e abundantes diferentes daqueles dos ecótonos do planalto.

Durante séculos, essa exploração foi realizada por populações móveis, sem uso de cerâmica, tendo como ponto de referência e de convergência o cemitério, onde, em período quente do ano, depositavam e lembravam seus mortos. No planalto,

no mesmo tempo, o ponto de convergência era o acampamento de coleta da semente da araucária.

Aos poucos, os grupos do litoral concentraram seu investimento nos recursos marinhos e se estabilizaram; então, passaram a viver em casas comunitárias, inicialmente pequenas, depois grandes e duradouras, que reconstruíam no lugar das que se tornavam imprestáveis ou que possuíam excessivos sepultamentos. Na mesma época, seus parentes do planalto, devido à rápida expansão dos pinheirais, alcançaram importante reforço alimentar, o que também os levou à construção de potentes casas subterrâneas comunitárias.

Entretanto, há marcadas diferenças no tratamento dos mortos: no planalto, eles eram cremados em aterros-plataforma ligados a casa; no litoral, eram enterrados ao longo da parede, no interior da casa. Em ambas as situações, os mortos continuavam ligados à sua comunidade e à sua casa. O sepultamento primário das populações do litoral pode ser influência do sambaqui, mas isso não explica a deposição dentro da casa.

A manipulação de ambientes diferentes por populações consideradas da mesma etnia deu

origem a estruturas materiais e paisagens humanas diversificadas. Mas as mudanças seguiam a mesma tendência cronológica: na segunda metade do primeiro milênio, havia populações móveis e dispersas com um ponto de convergência, que podia ser um cemitério ou um acampamento estacional de coleta; na primeira metade do segundo milênio, populações estabilizadas vivendo em grandes moradias comunitárias. Há um terceiro momento, em que, no planalto, a grande casa comunitária se dissolveu em casas geminadas e unifamiliares; e, no litoral, a população desapareceu.

Como se vê, a planície costeira e o litoral atlântico deram oportunidade a variações na cultura e na sociedade do que se considera uma única etnia.

Dentre numerosos trabalhos, que também estudam aspectos do povoamento ceramista do litoral catarinense, são indicados alguns: Bandeira (1992, 2004); Bryan (1961); Beck (1972, 1974); Fossari (1985, 2004); Haubert et al. (2004); Schmitz e Verardi (1996). Sobre Içara, destacam-se: Demamann (2004); Izidro (2001). E, acerca da biologia das populações, recomenda-se ler Okumura (2008).

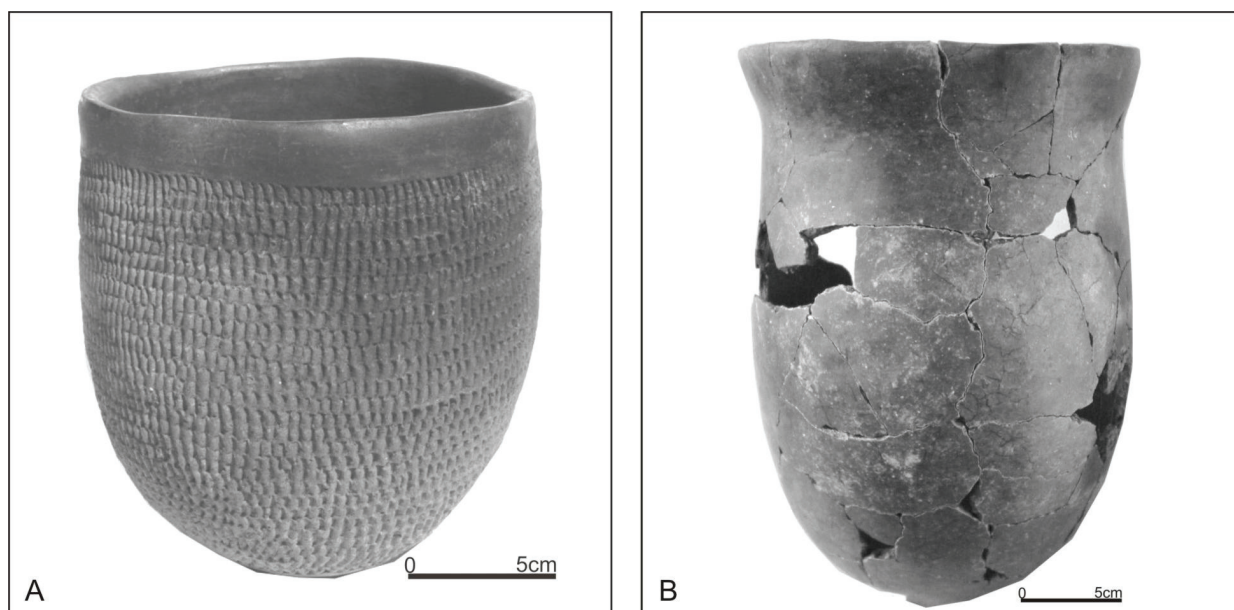


Figura 5 – A) Cerâmica da Tradição Taquara. B) Cerâmica da Tradição Itararé
Fonte: Fotos do acervo do IAP.

Considerações finais

A tarefa que a equipe de arqueólogos se propôs era cobrir os três milênios de história das populações Jê Meridionais, começando de sua hipotética saída das savanas tropicais até o seu enfrentamento definitivo com o conquistador europeu. Essa história abrangeria a instalação em novo ambiente, a qual enfrentava importantes mudanças e exigia constantes esforços de manejo e domínio, que levariam a uma nova paisagem humanizada, com a marca dessa população.

Os instrumentos para construir a História foram os assentamentos abandonados, com os objetos e os restos humanos ali deixados. Escassos no começo, quando os migrantes eram poucos e mal instalados, eles se multiplicaram e enriqueceram com o passar dos séculos.

Hoje podemos reconstruir, com suficientes materiais e datas, a metade mais recente dessa trajetória – do século VI ao XVII –, ainda não havendo muitos indícios para a metade antiga, apenas um assentamento.

Em Santa Catarina, no primeiro milênio de nossa era, havia populações móveis, sem cerâmica, as quais mantinham, como pontos de referência e reunião da comunidade, um cemitério coletivo no litoral, e dois aglomerados de acampamentos estacionais no planalto. No segundo milênio, observa-se marcada estabilização residencial que no litoral iniciou-se com casas coletivas pequenas e evoluiu para grandes; no planalto, iniciou com habitações coletivas grandes e evoluiu para casas menores geminadas ou unifamiliares. Ainda se sabe pouco sobre o que essas formas de habitação e suas transformações representam em termos de organização e estrutura da respectiva sociedade.

Já no Rio Grande do Sul, o quadro está menos trabalhado: as casas grandes são antigas e já vêm com cerâmica muito decorada.

Foi arriscado, mas decisivo, estabelecer critérios para identificar assentamentos e restos considerados Jê Meridionais e distingui-los de restos considerados de outras populações presentes no território. Para a identificação do Jê Meridional, foram usados, cumulativa ou isoladamente, os

seguintes critérios: a casa subterrânea, a cerâmica, o tratamento dos mortos, o espaço ocupado, os moradores nativos do período colonial. Estes critérios, além de algumas certezas, produziram boas hipóteses a serem testadas.

Olhar essa população nos espaços geográficos ocupados permite esboçar, ao menos, três formações diferentes:

O planalto e a planície costeira do Rio Grande do Sul, com casas subterrâneas e habitações a céu aberto no domínio da Araucária; habitações a céu aberto na encosta e no litoral, em floresta aberta e de restinga; cerâmica decorada desde o início, de tradição Taquara (Figura 5-A); sepultamentos no chão e deposição em fendas rochosas; ausência de aterros-plataforma e de estruturas anelares; área historicamente ocupada por índios Kaingang;

O planalto de Santa Catarina, com casas subterrâneas e habitações a céu aberto no domínio da Araucária; ausência de cerâmica durante os primeiros séculos, depois cerâmica pouco decorada de tradição Itararé (Figura 5-B); aterros-plataforma e estruturas anelares, cremação de mortos; área historicamente ocupada por índios Xokleng;

O litoral de Santa Catarina, em área de mata de restinga, no primeiro milênio acompanha a correspondente formação do planalto; no segundo milênio, sobre o litoral, a criação de estruturas próprias, com casas grandes a céu aberto, numerosos sepultamentos primários dentro das casas ou em pequenos cemitérios familiares; abundante cerâmica pouco decorada, de tradição Itararé; subsistência baseada na exploração marinha; sem referência a índios históricos.

Os limites dessas formações ainda são pouco definidos e talvez não tenham sido permanentes, mas instáveis zonas de fronteira. A mesma precaução é necessária para propostas de ligação entre materiais arqueológicos concretos e grupos étnicos específicos.

Mesmo assim, o esboço dessa divisão mencionada neste estudo pode servir para começar a construção de histórias individuais e particulares dos grupos indígenas presentes no período colonial, especialmente do Kaingang e do Xokleng, sem excluir a hipótese de que algum grupo não tenha sobrevivido até a conquista europeia ou de que não tenha sido

registrado. Essa história documentará a percepção e a progressiva dominação do novo espaço, o manejo do ambiente na produção da subsistência, a formação de identidades étnicas e seus deslocamentos no espaço, as instalações domésticas e monumentais, a estrutura da sociedade, suas cerimônias e rituais. Alguns desses elementos serão comuns aos diversos grupos identificados como Jê Meridionais, que dominaram o planalto meridional e se expandiram para o litoral correspondente, outros servirão para distingui-los.

Esta história será útil para a reafirmação da identidade das correspondentes sociedades indígenas e para o esclarecimento dos cidadãos brasileiros que ocupam seus antigos espaços.

Agradecimentos: Aos membros da equipe e colaboradores, aos financiadores e patrocinadores (UNISINOS, CNPq, FAPERGS, IPHAN), aos que hospedaram a equipe, aos moradores que abriram suas casas e suas propriedades. Aos leitores anônimos que deram sugestões para melhorar o texto.

Referências

- BANDEIRA, D. R. **Mudança de estratégia de subsistência.** O sítio arqueológico Enseada 1 – Um estudo de caso. 1992. 174 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992.
- BANDEIRA, D. R. **Ceramistas pré-coloniais da baía da Babitonga, SC** – Arqueologia e Etnicidade. 2004. 272 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- BASILE BECKER, I. I. O índio Kaingang no Rio Grande do Sul. **Pesquisas, Antropologia**, São Leopoldo, v. 29, p. 1- 329, 1976.
- _____.; SCHMITZ, P. I. Uma cerâmica de tipo Eldoradense: fase Itapiranga. **Estudos de pré-história geral e brasileira** – Instituto de Pré-História, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 499-506, 1969.
- BAUERMAN, S. G.; BEHLING, H. Dinâmica paleovegetacional da Floresta com Araucária a partir do final do Pleistoceno: o que mostra a palinologia. In: FONSECA, C. R.; LEAL-ZANCHET, A. M.; DUTRA, T.; BACKES, A.; GANADO, G. (Ed.). **Floresta com Araucária, Ecologia, conservação e desenvolvimento sustentável.** Ribeirão Preto: Holos Editora, 2009. p. 35-38.
- BEBER, M. V. O sistema de assentamento dos grupos ceramistas do Planalto Sul-brasileiro: o caso da Tradição Taquara/Itararé. **Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. Documentos**, v. 10, p. 5-125, 2005.
- _____. Sítios arqueológicos do município de São José do Cerrito, SC. Um panorama. **Pesquisas, Antropologia**, São Leopoldo, v. 70, p. 43-64, 2013.
- BECK, A. **A variação do conteúdo cultural dos sambaquis do litoral norte de Santa Catarina.** 1972. 286 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.
- _____. **O sambaqui de Enseada I (SC.LN.71): um estudo de tecnologia pré-histórica.** 1974. 96 f. Tese (livre-docência) – Departamento de Sociologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1974.
- BRENTANO, C.; SCHMITZ, P. I. Marcas de corte e patologias em esqueletos do jazigo funerário da Tradição Taquara na encosta do Planalto, RS. **Pesquisas, Antropologia**, São Leopoldo, v. 63, p. 289-303, 2006.
- _____.; _____. Remanescentes humanos da gruta do Matemático (RS-A-08). **Pesquisas, Antropologia**, São Leopoldo, v. 68, p. 121-132, 2010.
- BRYAN, A. L. Excavation of a Brazilian shell mound. Mentone, **Science of Man**, v. 1, n. 5, p. 148-151, 1961.
- CALDARELLI, S. B.; HERBERTS, A. L. Estruturas habitacionais na bacia do rio Chapecó, extremo oeste catarinense. **Pesquisas, Antropologia**, São Leopoldo, v. 58, p. 139-156, 2002.

- CARBONERA, M. **A ocupação pré-colonial do Alto Uruguai, SC: contatos culturais na Volta do Uvã**. 2014. 286 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- COPÉ, S. M. **Les grands constructeurs précoloniaux du plateau du Sud du Brésil: études de paysages archéologiques à Bom Jesus, Rio Grande do Sul, Brésil**. 2006. 395 f. Tese (Doutorado em Pré-História, Etnologia e Antropologia) – Université de Paris I-Panthéon Sorbonne, Paris, 2006.
- _____. A gênese das paisagens culturais do planalto sul brasileiro. **Estudos Avançados**, v. 29, p. 149-171, 2015.
- _____.; SALDANHA, J. D. M. Em busca de um sistema de assentamento para o planalto sul-riograndense: escavações no sítio RS-AN-08, Bom Jesus, RS. **Pesquisas, Antropologia**, São Leopoldo, v. 58, p. 107-120, 2002.
- _____.; _____.; CABRAL, M. P. Contribuições para a pré-história do Planalto: estudo da variabilidade de sítios arqueológicos de Pinhal da Serra, RS. **Pesquisas, Antropologia**, São Leopoldo, v. 58, p. 121-138, 2002.
- CORTELETTI, R. **Patrimônio arqueológico de Caxias do Sul**. Porto Alegre: Nova Prova Editora, 2008.
- _____. **Projeto arqueológico Alto Canoas – PARACA**. Um sítio de presença Jê no Planalto Catarinense. 2012. 300 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- CORTELETTI, R.; DICKAU, R.; DE BLASIS, P.; IRIARTE, J. Revisiting the economy and mobility of Southern proto-Jê (Taquara-Itararé) groups in the southern Brazilian highlands: starch grain and phytolith analyses from the Bonin site, Urubici, Brasil. **Journal of Archaeological Science**, v. 58, p. 46-61, 2015.
- DEMAMANN, M. da G. T. Estudos de anemia (Hiperostose porótica e cribra orbitália) nos esqueletos humanos do sítio de Içara, SC. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 12, São Paulo, 2004, MS.
- DE MASI, M. A. N. Arqueologia das Terras Altas do Sul do Brasil: o baixo vale do rio Canoas, SC. In: _____. (Org.). **Xokleng 2860 a.C.:** As terras altas do Sul do Brasil. Tubarão: Ed. UNISUL, 2006. p. 47-75.
- _____. Centros cerimoniais do Planalto Meridional: uma análise intrasítio. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 99-113, 2009.
- _____.; ARTUSI, L. Fase Itapiranga: sítios da tradição planáltica. **Pesquisas, Antropologia**, São Leopoldo, v. 40, p. 99-121, 1985.
- FARIAS, D. S. E. de; SCHMITZ, P. I. **Linguagem, dispersão e diversidade das Populações Macro-Jê no Brasil Meridional durante a pré-história brasileira**. Palhoça: Ed. UNISUL, 2013.
- FOSSARI, T. D. **A indústria óssea na arqueologia brasileira: estudo piloto do material de Enseada-SC e Tenório-SP**. 1985. 271 f. Dissertação (Mestrado). Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.
- _____. **A população pré-colonial Jê na paisagem da Ilha de Santa Catarina**. 2004. 339 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.
- HAUBERT, F.; KREVER, M. L. B.; PALMA, L. P.; SCHMITZ, P. I. Bocas e dentes. O estudo dos esqueletos escavados por Pe. João Alfredo Rohr S.J. no litoral de Santa Catarina. **Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. Documentos**, v. 9, 167 p. 2004.
- HERBERTS, A. L. Arqueologia do planalto catarinense: os vales dos rios Chapecó e Pelotas. In: DE MASI, M. A. N. (Org.). **Xokleng 2860 a.C.:** As terras altas do Sul do Brasil. Tubarão: Ed. Unisul, 2006. p. 155-165.

- IRIARTE, J.; BEHLING, H. The expansion of Araucaria Forest in the Southern Brazilian highlands during the last 4000 years and its implications for the development of the Taquara/Itararé Tradition. **Environment Archaeology**, v. 12, n. 2, p. 115-127, 2007.
- _____.; GILLAM, J. C.; MAROZZI, O. Monumental burials and memorial feasting: an example from the Southern Brazilian Highlands. **Antiquity**, v. 2, p. 947-961, 2008.
- _____.; COPÉ, S. M.; FRADLEY, M.; LOCKHART, J. J.; GILLAM, J. C. Sacred landscapes of the Southern Brazilian highlands. Understanding southern proto-Jê mound enclosure complexes. **Journal of Anthropological Archaeology**, v. 32, n. 1, p. 74-96, 2013.
- IZIDRO, J. M. **O jazigo funerário de Içara no contexto litorâneo catarinense**. 2001. 166 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2001.
- JAEGER, L. G. **As invasões bandeirantes no Rio Grande do Sul (1635-1640)**. Porto Alegre: Typografia do Centro S.A., 1939.
- KREVER, M. L. B.; HAUBERT, F. Estudo dos remanescentes humanos do Planalto Sul-Riograndense: Projeto Vacaria. **Anais da XI Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira 11**. CD-Rom, 2001.
- LAROQUE, L. F. da S. Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889). **Pesquisas, Antropologia**, São Leopoldo, v. 56, p. 1-220, 2000.
- _____. Fronteiras geográficas, étnicas e culturais envolvendo os Kaingang e suas lideranças no Sul do Brasil – (1889-1930). **Pesquisas, Antropologia**, São Leopoldo, v. 64, p. 1-343, 2007.
- LA SALVIA, F. A habitação subterrânea: uma adaptação ecológica. In: WEIMER, G. (Org.). **Arquitetura do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. p. 7-26.
- LAVINA, R. **Uma etnologia e sugestões para arqueólogos**. 1994. 171 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 1994.
- LAZZAROTTO, D.; SCHMITZ, P. I.; STEINMETZ, R. Pesquisas arqueológicas no planalto. In: **O Homem antigo na América**. São Paulo: Instituto de Pré-história, 1971. p. 79-89.
- MATTOS, J. R. **O pinheiro brasileiro**. Florianópolis: UFSC, 2011.
- MENGHIN, O. F. El poblamiento prehistórico de Misiones. **Anales de Arqueología y Etnología**, v. 12, p. 19-40, 1957.
- MENTZ RIBEIRO, P. A. Casas subterrâneas no planalto meridional, município de Santa Cruz do Sul. **Revista do CEPA**, Santa Cruz do Sul, v. 9, p. 1-52, 1980.
- _____. (Coord.). Escavações arqueológicas no município de Bom Jesus. **Revista de Arqueologia**, v. 8, n. 1, p. 221-236, 1994.
- _____. Tradição Taquara e as casas subterrâneas no Sul do Brasil. **Revista de Arqueologia Americana**, v. 17/18/19, p. 9-49, 1999-2000.
- _____. ; RIBEIRO, C. T. Levantamentos arqueológicos no Município de Esmeralda, Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista do CEPA**, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 14, p. 49-105, 1985.
- _____.; SILVEIRA, I. Sítios arqueológicos da Tradição Taquara, Fase Erveiras, no Vale do Rio Pardo, RS, Brasil – Nota prévia. **Revista do CEPA**, Santa Cruz do Sul, v. 8, p. 3-60, 1979.
- MERGEN, N. M. **Complexidade na arqueologia do Jê Meridional**. A contribuição de São José do Cerrito. 2016. 119 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016.
- MILLER, E. T. Pesquisas arqueológicas efetuadas no nordeste do Rio Grande do Sul. **Publ. Av. M. Pa. Emílio Goeldi**, Belém, v. 6, p. 15-26, 1967.

- _____. Pesquisas arqueológicas efetuadas no noroeste do RGS. **Publ. Av. M. Pa. Emílio Goeldi**, Belém, v. 10, p. 33-54, 1969.
- MONTOYA, A. R. de. Carta Anua do Padre Antonio Ruiz de Montoya, superior da missão do Guairá, dirigida em 1628 ao Padre Nicolau Duran, Provincial da Companhia de Jesus. In: CORTESÃO, Jaime. **Jesuítas e Bandeirantes no Guairá (1594-1640)**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951.
- MÜLLER, M. L. **Sobre índios e ossos**: estudo de três sítios de estruturas anelares construídos para enterramento por populações que habitavam o vale do rio Pelotas no período pré-contato. 2008. 176 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- _____. (Org.). **Estudo e valorização do patrimônio arqueológico do vale do Rio Pelotas, SC**: a contribuição da UHE Barra Grande. Florianópolis: Scientia, 2011.
- _____.; MENDONÇA DE SOUZA, S. Cremações e sepultamentos: as estruturas anelares do planalto. In: CARBONERA, M.; SCHMITZ, P. I. (Org.). **Antes do Oeste Catarinense**: arqueologia dos povos indígenas. Chapecó: Argos, 2011. p. 269-305.
- NEVES, W. A. Paleogenética dos grupos pré-históricos do litoral do Sul do Brasil (Paraná e Santa Catarina). **Pesquisas, Antropologia**, São Leopoldo, v. 43, p. 1-178, 1988.
- NOVASCO, R. V. **As casas subterrâneas e sua paisagem**: cartografando o ambiente. 2013. 99 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2013.
- OKUMURA, M. M. Diversidade morfológica craniana, micro-evolução e ocupação pré-histórica da costa brasileira. **Pesquisas, Antropologia**, São Leopoldo, v. 66, p. 1-303, 2008.
- PIAZZA, V. F. A área arqueológica dos “Campos de Lages”. **Publ. Av. M. Pa. Emílio Goeldi**, Belém, v. 13, p. 63-73, 1969.
- REIS, J. A. dos. **Arqueologia dos buracos de bugre**: uma pré-história do Planalto Meridional. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.
- REIS, M. J. **A problemática arqueológica das estruturas subterrâneas no planalto catarinense**. Erechim: Habilis, 2007.
- ROGGE, J. H.; SCHMITZ, P. I. Pesquisas arqueológicas em São Marcos, RS. **Pesquisas, Antropologia**, São Leopoldo, v. 67, p. 23-132, 2009.
- ROHR, J. A. A aldeia pré-histórica da Praia da Tapera (I). **Revista Vozes**, Petrópolis, v. 61, n. 8, p. 718-722, 1967a.
- _____. A aldeia pré-histórica da Praia da Tapera (II). **Revista Vozes**, Petrópolis, v. 61, n. 9, p. 807-811; 1967b.
- _____. A aldeia pré-histórica da Praia da Tapera (III). **Revista Vozes**, Petrópolis, v. 61, n. 10, p. 909-913; 1967c.
- _____. A aldeia pré-histórica da Praia da Tapera (IV). **Revista Vozes**, Petrópolis, v. 61, n. 11, p. 997-1001; 1967d.
- _____. A aldeia pré-histórica da Praia da Tapera (V). **Revista Vozes**, Petrópolis, v. 61, n. 12, p. 1099-1104; 1967e.
- _____. A aldeia pré-histórica da Praia da Tapera (VI). **Revista Vozes**, Petrópolis, v. 6, n. 2, p. 149-154; 1968a.
- _____. A aldeia pré-histórica da Praia da Tapera (VII). **Revista Vozes**, Petrópolis, v. 62, n. 4, p. 325-331, 1968b.
- _____. Os sítios arqueológicos do Planalto Catarinense, Brasil. **Pesquisas, Antropologia**, São Leopoldo, v. 24, p. 1-56, 1971.
- _____. O sítio arqueológico da Praia das Laranjeiras – Balneário de Camboriú. **Anais do Museu de Antropologia** – UFSC, v. 17, p. 5-76, 1984.
- SALDANHA, J. D. de M. **Paisagem, lugares e cultura material**: uma arqueologia espacial nas Terras Altas

do Sul do Brasil. 2005. 176 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

_____. Paisagem e sepultamentos nas Terras Altas do Sul do Brasil. **Revista de Arqueologia**, n. 21, p. 85-95, 2008.

SCHMITZ, P. I. Paradeiros guaranis em Osório (Rio Grande do Sul). **Pesquisas**, Porto Alegre, v. 2, p. 113-143, 1958.

_____. A cerâmica guarani da Ilha de Santa Catarina e a cerâmica da Base Aérea. **Pesquisas**, Porto Alegre, v. 3, p. 267-325, 1959.

_____. Tradições ceramistas do planalto sul-brasileiro. **Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. Documentos**, v. 2, p. 75-130, 1988.

_____.; De MASI, M. A. N.; BASILE BECKER, I. I.; MARTIN, H. E. Nova contribuição à fase Erveiras, Tradição Taquara. **Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. Documentos**, v. 1, p. 5-47, 1987.

_____. BASILE BECKER, Í. I.; LA SALVIA, F.; LAZZAROTTO, D.; MENTZ RIBEIRO, P. A. Pesquisas sobre a Tradição Taquara no Nordeste do Rio Grande do Sul. **Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. Documentos**, v. 2, p. 5-74, 1988.

_____.; VERARDI, I.; De MASI, M. A. N. de; ROGGE, J. H.; JACOBUS, A. Escavações arqueológicas do Pe. João Alfredo Rohr: O sítio da Praia das Laranjeiras II. **Pesquisas, Antropologia**, São Leopoldo, v. 49, p. 1-181, 1993.

_____.; _____. Cabeçudas: um sítio Itararé no litoral de Santa Catarina, **Pesquisas, Antropologia**, São Leopoldo, v. 53, p. 125-181, 1996.

_____.; ROSA, A. O.; IZIDRO, J. M.; HAUBERT, F.; KREVER, M. L. B.; BITENCOURT, A. L. V.; ROGGE, J. H.; BEBER, M. V. Içara: um jazigo mortuário no litoral de Santa Catarina. **Pesquisas, Antropologia**, São Leopoldo, v. 55, p. 1-164, 1999.

_____.; ROGGE, J. J.; ROSA, A. O.; BEBER, M. V.; MAUHS, J.; ARNT, F. V. O projeto Vacaria. **Pesquisas, Antropologia**, v. 58, p. 11-105, 2002.

_____.; ROGGE, J. H. Dados e reflexões para o sistema de assentamento de populações ceramistas do planalto do Rio Grande do Sul. **Revista de Arqueologia**, v. 17, p. 101-115, 2004.

_____.; ARNT, F. V.; BEBER, M. V.; ROSA, A. O.; ROGGE, J. H. Taió, no Vale do Rio Itajaí, SC. O encontro de antigos caçadores com as casas subterrâneas. **Pesquisas, Antropologia**, São Leopoldo, v. 67, p. 185-320, 2009.

_____.; ARNT, F. V.; BEBER, M. V.; ROSA, A. O.; FARIAS, D. S. de. Casas subterrâneas no Planalto de Santa Catarina: São José do Cerrito. **Pesquisas, Antropologia**, São Leopoldo, v. 68, p. 7-76, 2010.

_____.; ROGGE, J. H. Pesquisando a trajetória do Jê Meridional. **Pesquisas, Antropologia**, São Leopoldo, v. 70, p. 7-33, 2013a.

_____.; ROGGE, J. H.; NOVASCO, R. V.; MERGEN, N. M.; FERRASSO, S. Rincão dos Albinos, um grande sítio Jê Meridional. **Pesquisas, Antropologia**, São Leopoldo, v. 70, p. 65-131, 2013b.

_____.; ROGGE, J. H.; NOVASCO, R. V.; MERGEN, N. M.; FERRASSO, S. Boa Parada, um lugar de casas subterrâneas, aterros-plataforma e “danceiro”. **Pesquisas, Antropologia**, São Leopoldo, v. 70, p. 133-195, 2013c.

_____.; ROGGE, J. H.; NOVASCO, R. V.; FERRASSO, S.; PERONDI, V.; MERGEN, N. M. De volta à Boa Parada, lugar de casas subterrâneas, aterros-plataforma e ‘danceiro’. **Pesquisas, Antropologia**, São Leopoldo, v. 72, 2016a.

_____.; ROGGE, J. H.; NOVASCO, R. V.; BEBER, M. V.; FERRASSO, S.; MERGEN, N. M. Santo Antônio dos Pinhos em São José do Cerrito, um teste para a Boa Parada. **Pesquisas, Antropologia**, São Leopoldo, v. 72, 2016b.

SCHWAMBACH, R. N. **Os sítios arqueológicos de São José do Cerrito/SC: A formação de uma paisagem ecológico-cultural**. 2016. 41 f. Trabalho de Conclusão do Curso (Bacharelado em Ciências Biológicas) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016.

SILVA, S. B.; SCHMITZ, P. I.; ROGGE, J. H.; DEMASI, M. A. N.; JACOBUS, A. Escavações arqueológicas do Pe. João Alfredo Rohr, S. J. O sítio arqueológico da Tapera: um sítio Itararé e Tupiguarani. **Pesquisas, Antropologia**, São Leopoldo, v. 45, p. 1-210, 1990.

SOUZA, J. G. **Paisagem ritual no planalto meridional brasileiro**: complexos de aterros anelares e montículos funerários Jê do Sul em Pinhal da Serra, RS. 2012. 122 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012a.

_____. Áreas de atividades em dois centros cerimoniais Jê do Sul: relações entre arquitetura e função. **Revista de Arqueologia**, v. 25, n. 2, p. 120-132, 2012b.

_____.; COPÉ, S. M. Novas perspectivas sobre a arquitetura ritual do planalto meridional brasileiro:

pesquisas recentes em Pinhal da Serra, RS. **Revista de Arqueologia**, v. 23, n. 2, p. 104-117, 2010.

_____.; CORTELETTI, R.; ROBINSON, M.; IRIARTE, J. The genesis of monuments: resisting outsiders in the contested landscapes of Southern Brazil. **Journal of Anthropological Archaeology**, v. 41, p. 196-212, 2016.

SPINDLER, C. S. **Sepultamentos humanos no sítio Caipora RS-S-328**. 2004. 107 f. Monografia (Graduação em Ciências Biológicas) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004.

WAGNER, G. **Ceramistas pré-coloniais do litoral norte**. 2004. 320 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

Apêndice A

Tabela 1 – Datas relacionadas à ocupação do planalto do Rio Grande do Sul

DATA A.P.	LOCAL	SÍTIO	ESTRUTURA	NÚM. LABOR.
1520 +- 90	Caxias do Sul	RS-40	Casa	SI-607
1480 +- 70	Caxias do Sul	RS-37/127	Casa A	SI-603
1330 +- 100	Caxias do Sul	RS-37/127	Casa B	SI-605
1140 +- 40	Caxias do Sul	RS-37/127	Montículo 1	SI-602
960 +- 60	Caxias do Sul	RS-37/127	Casa 9	Beta-153841
950 +- 72	Vacaria	RS-A-27	Casa 3	LVD-624
870 +- 60	Vacaria	RS-A-27	Montículo gr.	Beta-144247
870 +- 50	Vacaria	RS-A-27	Casa 3	Beta-144244
840 +- 60	Caxias do Sul	RS-37/127	Casa B	SI-606
830 +- 64	Vacaria	RS-A-27	Janela 3	LVD-623
723 +- 55	Vacaria	RS-A-27	Casa 3	LVD- 625
710 +- 60	Vacaria	RS-A-29	Casa 16	Beta-178090
680 +- 80	Vacaria	RS-A-29	Casa 1	Beta-153842
630 +- 70	Caxias do Sul	RS-37/127	Montículo 1	SI-604
620 +- 90	Caxias do Sul	RS-68/120	Casa A	SI- 608
520 +- 60	Vacaria	RS-A-27	Casa 2	Beta-144245
386 +- 31	Vacaria	RS-A-27	Janela 2	LVD-627
380 +- 60	Vacaria	RS-A-29	Casa 3	Beta-153843
370 +- 50	Vacaria	RS-A-29	Casa 12	Beta-178089
348 +- 30	Vacaria	RS-A-27	Casa 1	LVD- 621
166 +- 15	Vacaria	RS-A-27	Casa 4	LVD-620
40 +- 60	Vacaria	RS-A-27	Casa 7	Beta-144243
30 +- 50	Vacaria	RS-A-27	Casa 2	Beta-144246

Fonte: Elaborada pelo autor.

Apêndice B

Tabela 2 – Dados relacionadas à ocupação do planalto e do litoral de Santa Catarina

DATA A.P.	LOCAL	SÍTIO	ESTRUTURA	NÚM. LABOR.
2640 +- 40	Boa Parada	SC-CL-43	Sob casas 4/5	Beta-275577
1580 +- 50	Içara	SC-IÇ-01	Cemitério	Beta-72196
1450 +- 60	Içara	SC-IÇ-01	Cemitério	Beta-72197
1400 +- 40	Rincão Albinos	SC-CL-70	Corte ext. 14	Beta-297431
1390 +- 50	Taió	SC-TA-04	Estrutura 11	247953
1360 +-30	Rincão Albinos	SC-CL-71	Casa 27	Beta-319363
1350 +- 30	Rincão Albinos	SC-CL-71	Casa 14	Beta-316465
1330 +- 30	Rincão Albinos	SC-CL-71	Casa 27	Beta-319370
1320 +- 40	Rincão Albinos	SC-CL-70	Casa 14	Beta-293588
1320 +- 40	Rincão Albinos	SC-CL-70	Casa 17	Beta-293589
1310 +- 30	Rincão Albinos	SC-CL-71	Casa 26	Beta- 319372
1290 +- 30	Rincão Albinos	SC-CL-71	Casa 26	Beta-319371
1270 +- 30	Rincão Albinos	SC-CL-71	Casa 26	Beta-319374
1260 +- 30	Rincão Albinos	SC-CL-71	Casa 26	Beta-319373
1250 +- 40	Rincão Albinos	SC-CL-70	Corte ext. 3	Beta-297430
1220 +- 50	Taió	SC-TA-04	Estrutura 13	Beta-228165
1190 +- 40	Rincão Albinos	SC-CL-70	Casa 25	Beta-293590
1180 +- 40	Taió	SC-TA-04	Estrutura 14	Beta-229856
1140 +- 180	Praia da Tapera	-----	Aldeia	SI-245
1140 +- 40	Rincão Albinos	SC-CL-70	Corte ext. 8	Beta-293591
1080 +- 30	Rincão Albinos	SC-CL-70	Casa 2	Beta-297429
1030 +- 180	Praia da Tapera	-----	Aldeia	SI-246
960 +- 30	Boa Parada	SC-CL-52a	Aterro-plat.	Beta-370820
920 +- 30	Boa Parada	SC-CL-52a	Aterro-plat.	Beta-411921
920 +- 30	S. Ant. Pinhos	SC-CL-64	Aterro-plat. 1	Beta-411918
910 +- 30	Boa Parada	SC-CL-46	Aterro-plat. 3	Beta-351742
910 +- 30	Boa Parada	SC-CL-50	Casa 3	Beta-351740
890 +- 30	Boa Parada	SC-CL-52a	Aterro-plat.	Beta-411918
870 +- 30	Boa Parada	SC-CL-52	Casa	Beta-351742
860 +- 30	Boa Parada	SC-CL-52	Casa	Beta-357350
830 +- 30	Rincão Albinos	SC-CL-71	Casa 4	Beta-316467
800 +- 70	Base Aérea	-----	Aldeia	SI-243
770 +- 40	Boa Parada	SC-CL-56	“Danceiro”	Beta-275576
690 +- 30	Boa Parada	SC-CL-46	Aterro-plat. 3	Beta-370819
670 +- 30	S. Ant. Pinhos	SC-CL-63	Casa 2	Beta-431942
650 +- 50	Taió	SC-TA-04	Estrutura 5	Beta-214107
640 +- 40	Boa Parada	SC-CL43	Casa 5	Beta-275575
610 +- 30	Boa Parada	SC-CL-46	Aterro-plat. 2	Beta-357351
590 +- 40	Boa Parada	SC-CL-43a	Casa 3	Beta-242152
580 +- 30	Boa Parada	SC-CL-46	Aterro-plat. 1	Beta-351739
510 +- 30	Boa Parada	SC-CL-46	Aterro-plat. 1	Beta-357346
470 +- 50	Rincão Albinos	SC-CL-70	Casa 17	Beta-297432
470 +- 50	Boa Parada	SC-CL-43	Casa 4	Beta-256216
370 +- 30	Rincão Albinos	SC-CL-71	Casa 14	Beta-297432
370 +- 40	Boa Parada	SC-CL-43	Casa 7	Beta-285996
360 +- 30	Boa Parada	SC-CL-45	Casa 7	Beta-370822
330 +- 30	Boa Parada	SC-CL-51	Casa 5	Beta-411919
320 +- 30	Boa Parada	SC-CL-51	Casa 4	Beta-351471
320 +- 30	Boa Parada	SC-CL-45	Casa 1	Beta-374021

Fonte: Elaborada pelo autor.